



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS  
LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO (2009-2013)**

**MARIA SILVANO DA SILVA**

**CAJAZEIRAS-PB**

**2017**

**MARIA SILVANO DA SILVA**

**MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS  
LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO (2009-2013)**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Graduação em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota.

Orientadora: Dra. Maria Lucinete Fortunato

**CAJAZEIRAS-PB**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764  
Cajazeiras - Paraíba

S586m Silva, Maria Silvano da.  
Memórias da ditadura militar no Brasil: uma análise dos livros didáticos do ensino médio / Maria Silvano da Silva. - Cajazeiras, 2017.  
82f.: il.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucinete Fortunato.  
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2017.

1. Ensino de história. 2. Livro didático. 3. Ditadura militar. 4. Memória. I. Fortunato, Maria Lucinete. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 94:37

**MARIA SILVANO DA SILVA**

**MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS  
LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO (2009-2013)**

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

**BANCA EXAMINADORA**

---

Maria Lucinete Fortunato (UFCG)  
Orientadora

---

Mariana Moreira Neto (UFCG)  
Examinador

---

(UFCG)  
Silvana Vieira de Sousa  
Examinador

---

(UFCG)  
Rosemere Olímpio de Santana  
Examinador

**Cajazeiras-PB**

**2017**

## **RESUMO**

O presente trabalho problematiza as relações entre livro didático e Ditadura Militar no Brasil, a partir da análise de livros didáticos de História das Editoras Saraiva e Moderna, elaborados entre 2009 e 2013, a fim de apreender a abordagem dos mesmos acerca do período que se estende dos anos 1964 e 1985. Pretende-se investigar o conteúdo imagético que produz uma versão ou simplesmente um olhar sobre o período em que se convencionou chamar de Ditadura Militar, momento em que os militares exercitaram o poder no Brasil (1964-1985), poder esse galgado por meio de um golpe. Toma-se aqui a ideia de livro didático como construtor de uma memória sobre esse período. Neste sentido, será investigado como foi elaborada uma memória sobre a Ditadura Militar nos referidos manuais e se tal memória vem sendo reelaborada ao longo do tempo ou permanece inalterada. Considerar-se-á os elementos responsáveis pela instituição e/ou perpetuação da referida memória, bem como, em que medida ela infere na compreensão dos educandos acerca desse período da História do Brasil.

**PALAVRAS CHAVE:** Livro Didático; Memória; Ditadura militar; Ensino.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
<b>CAPÍTULO 01. LIVRO DIDÁTICO, MEMÓRIA E ENSINO.....</b>	<b>14</b>
1.1 Livro didático e seus aspectos. ....	14
1.2 Livro Didático e Memória.....	16
<b>CAPÍTULO 02. DITADURA MILITAR E HISTÓRIA.....</b>	<b>22</b>
2.1 O ano de 1964 no Brasil.....	22
2.2 Versões sobre a Ditadura.....	26
<b>CAPÍTULO 03. A DITADURA NO BRASIL (1964-1985) CRIADA E RECRIADA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.....</b>	<b>31</b>
3.1 Construção de memórias: a ditadura institucionalizada.....	31
3.2 A Ditadura nas páginas didáticas.....	35
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>80</b>

Especialmente a meu Pai que sempre me apoiou e me deu força para nunca desistir, mas hoje não está presente fisicamente comigo, mas permanecendo sua memória viva em mim. E a minha Mãe que está comigo em todos os momentos.

**DEDICO**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos que contribuíram no decorrer desta jornada, em especial: A Deus que mim fortaleceu em todos os momentos, principalmente nos momentos mais difíceis e de dúvidas.

A minha família pelo apoio e compreensão, especialmente a minha Mãe Alzenira Silvano e ao meu Pai Francisco Victor da Silva que esteve comigo em boa parte dessa caminhada, a todos os meus irmãos e sobrinhos que sempre me apoiaram, e a meu namorado Eliakim Macêdo que estive comigo em todos os momentos.

A orientadora Lucinete Fortunato, que teve papel fundamental na elaboração desse trabalho. E aos meus colegas e amigos de curso que sempre me apoiaram.



“Um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (Benjamin).

## INTRODUÇÃO

O número de pesquisas na área de ensino de História vem crescendo nos últimos tempos. Surgem novos embates e também muitos novos olhares, quando se trata desta temática. Estas questões, aliadas a relação que temos com o ensinar história, enquanto futura historiadora, bem como a curiosidade em relação ao livro didático e o desejo de investigar as suas entrelinhas, nos levaram a ter como foco principal deste trabalho monográfico problematizar a memória que se deseja perpetuar pelos livros didáticos de História sobre o período da ditadura militar no Brasil.

Memória, ditadura militar, livros didáticos e ensino são objetos significativos, as suas riquezas simbólicas e textuais são infinitas. Tudo isso desperta esforço e dedicação de qualquer pesquisador simpatizante com a educação e com a História. As disciplinas cursadas na área de teoria e metodologia da História, sobretudo as de Projeto de Pesquisa, foram de fundamental importância para o amadurecimento deste tema de estudo. Em uma das tarefas das disciplinas foram iniciadas leituras e buscas de fontes. Indo até a escola Estadual da cidade de Ipaumirim, no Ceará, tivemos acesso a alguns livros didáticos e, ao iniciarmos a leitura, acompanhada de alguns textos de historiadores e professores sobre o livro didático, surgiu o tema de pesquisa em definitivo: Memórias da ditadura militar no Brasil: uma análise dos livros didáticos do ensino médio (2009-2013).

A questão de como se discute um evento nos livros didáticos é de grande importância porque diz respeito a como os alunos irão compreender o passado. E quando se fala do período da ditadura militar (1964-1985) essa relevância se acentua, porque foi algo que marcou e marca boa parte dos brasileiros, principalmente as pessoas que sofreram torturas, ou os seus familiares. Esta é uma marca na História política e social brasileira.

Em relação ao recorte de pesquisa, acredita-se que o período ditatorial militar no Brasil foi amplo, diverso e possui muitas opções e possibilidades de análises, sobretudo porque existem aspectos que continuam lacunares nas pesquisas sobre esse período. No entanto, os autores se inclinam quase sempre para as mesmas direções, parece que os fatos e sujeitos analisados são sempre os mesmos e a

história elaborada sobre esse período cria uma imagem que se consolida e acaba contribuindo para a construção de uma memória referencial única.

Sendo assim, o período ditatorial (1964-1985) é um tema rico de análise e ao mesmo tempo complicado, sobretudo quando se trata das abordagens deste tema nos livros didáticos, as quais contém enunciados que exigem uma maior abstração. Quando se fala na memória que os livros didáticos ajudam a construir sobre esse período é ainda mais difícil, porque diferente de alguns fatos que praticamente se encerram no passado, a ditadura militar é algo que ainda marca o tempo presente. A prova disso é que ainda há pessoas sendo investigadas, crimes sendo analisados na Comissão da Verdade<sup>1</sup>.

O “estudo da memória militar chama a atenção para aspectos complexos do processo histórico que culminou no golpe, dentre os quais sobleva o caráter aparentemente disperso da conspiração” (FICO, 2004, p.02). Percebe-se, também, que, nas interpretações deste período, os autores se detêm muito aos grupos mais organizados socialmente e desprezam as aglutinações paralelas.

Diante do exposto, este estudo propõe uma análise crítica da forma de lembrar, guardar e tratar um evento marcante para a História do Brasil: a Ditadura Militar, iniciada em 1964, analisando como ela foi tratada e lembrada pelos autores dos livros didáticos de História, bem como pensando como e até que ponto essa memória é cristalizada ou revisitada.

Portanto, problematizaremos a memória que está sendo repassada aos alunos através do livro didático, objetivando: Compreender qual a memória que o livro didático constrói sobre o período da ditadura militar no Brasil, em duas coleções de livros didáticos das editoras Moderna e Saraiva provenientes do PNLD, elaboradas entre 2009 e 2013. Para tanto, buscaremos: Analisar o livro didático como veículo de uma historiografia responsável pela produção de uma memória histórica, assim como, compreender quais os mecanismos utilizados para construir uma memória sobre a ditadura militar, nos livros didáticos de História analisados; e como o livro didático consagra fatos históricos e cria interpretações sobre este período.

---

<sup>1</sup>Comitê de investigação dos graves crimes de violações de direitos humanos cometidos entre setembro de 1964 e 05 de outubro de 1988, por "agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado" brasileiro, ocorridas no Brasil e também no exterior, durante o regime militar de 1964. (GALO, 2010, p.13).

Os frutos da pesquisa oportunizarão saber até que ponto esta é uma memória de exaltação dos acontecimentos, de repúdio ou de condenação às atrocidades ocorridas nesse período. Têm como elemento de suporte analítico o livro didático na categoria de documento histórico, à medida que a crítica e a análise do livro didático foram a maneira escolhida para o desenvolvimento da pesquisa.

A amplitude da temática desencadeou a necessidade de um recorte em menor escala, sem comprometer o caráter amplo do período ditatorial militar no Brasil e a diversidade que o envolve e/ou os aspectos que continuaram opacos, lacunares. Interessa-nos pensar, como e até que ponto os autores se direcionam e contribuem para a construção de uma única memória referencial.

Dessa forma nossa pretensão é focar a memória construída nos livros didáticos que serão avaliados, após cinquenta anos do fim da ditadura militar. Pensamos que este tempo é suficiente para elaborações e reelaborações; visitas e revisitas a uma versão e memória do evento. Os referidos livros didáticos são das editoras Saraiva e Moderna: ALVES; OLIVEIRA (9010); BRAICK; MOTA (2010); COTRIM (2009); COTRIM (2010) e COTRIM (2013).

Levaremos em consideração o fato de que a ditadura é um assunto bastante discutido academicamente. Diversas perspectivas já foram pensadas sobre esse evento. Algumas análises se aproximam, outras se distanciam. No entanto, “para muitos intelectuais que se propõem analisar a ditadura militar no Brasil, a questão da tortura é especialmente destacada; segundo diversos trabalhos, essa prática constituiu o núcleo do sistema [...]” (Magalhães, 1997, p.02). Considerando essa compreensão, pretende-se inovar nas análises, pensando problemáticas novas e que destaquem o que temos em relação à versão do acontecimento referido nos livros didáticos analisados, e se a memória construída pelos mesmos se mantém ou se renova, ou seja, a questão é saber se o que chega até os alunos e professores pelos livros didáticos é uma memória que se perpetua e/ou uma memória renovada.

Partimos da compreensão de que a memória não se restringe a lembrança, mas também a esquecimento. “A memória vive uma tensão entre a presença e a ausência. Portanto toda memória reelabora, reconstrói o passado, em vez de simplesmente refleti-lo.” (PAIM, 2010, p.89). Neste sentido, os ecos da ditadura e suas lembranças não desaparecem do imaginário brasileiro, é um passado que incomoda. Para muitos lembrar a ditadura, é lembrar-se de tortura e dor, pois, de

fato, a tortura foi responsável por gerar uma memória doente, que não é esquecida e nem resolvida. Uma ferida aberta, que sangra constantemente.

No trajeto de pesquisa, corroborando com as ideias de BITTENCOURT (2009,p.10), “pensamos o livro didático, além de fonte histórica, como produto de um tempo, de um contexto e de um autor”. Essa compreensão nos desafia, ainda mais, a investigar e suspeitar sobre o teor da escrita do livro didático bem como das construções e elaborações conceituais do mesmo.

Nesse sentido, no primeiro capítulo abordaremos o livro didático como veículo de uma historiografia responsável pela produção de uma memória histórica.

No segundo capítulo problematizaremos as versões historiográficas acerca da ditadura militar e apresentamos pontos de discussão sobre as interpretações existentes acerca da ditadura militar no Brasil.

No terceiro capítulo buscaremos apreender como o livro didático discute e a ditadura militar e a partir da memória consagra fatos históricos e cria interpretações sobre a ditadura militar.

## **CAPÍTULO 01: LIVRO DIDÁTICO, MEMÓRIA E ENSINO.**

### **1.1: Livro didático e seus aspectos.**

De acordo com Bitencourt (2009, p.170), “Os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina”. No cenário educacional brasileiro o livro didático é um dos recursos mais conhecidos e usados por alunos e professores. É considerado a base para as reflexões e para a produção do conhecimento em sala de aula. Por muitos professores, o livro didático é usado como único e exclusivo meio de trabalhar as discussões históricas na educação escolar.

Neste sentido, pode-se afirmar que o livro didático é peça chave, trazendo, em primeira mão, versões e informações sobre os assuntos estudados na disciplina de História.

O desvendar das tramas e das construções possíveis de memórias sobre a ditadura militar nos livros didáticos de História é um caminho que pressupõe o exame de alguns condicionantes e das especificidades do livro didático de História em termos de escrita, construção e escolha.

É aceito, entre os historiadores, que os sujeitos sempre se posicionam a partir de um lugar social e que os olhares que assumem são permanentemente contingenciados por circunstâncias que emergem em função de tais lugares. (Miranda, 2013, p.02). Os professores de história, enquanto estudiosos da área, tendem a se posicionar historicamente para exercer as suas atividades docentes, o que leva a se pensar que todo professor de História ensina e percebe os conteúdos didáticos a partir de sua tendência historiográfica.

De acordo com essa compreensão, dependendo das escolhas e posições do docente, o uso e o olhar sobre os livros didáticos podem mudar. Assim sendo, em conformidade com o modo como a ditadura militar aparece nos livros didáticos de História, mesmo considerando que estes tendem a elaborar uma imagem que se cristalice, muitas podem ser as memórias que se podem destacar sobre esta elaboração.

Professores que simpatizam com a perspectiva metódica positivista, por exemplo, tenderiam a conferir um grau de importância maior para os livros didáticos, dentro de suas abordagens em sala de aula, por acreditarem que este possui uma autoridade ao informar sobre os fatos históricos e que o conhecimento histórico está dado e cabe aos discentes assimilá-los tal como exposto. (BITTENCOURT, 2009)

Já os professores que possuem compreensões orientadas por tendências historiográficas ditas mais inovadoras, como a escola dos Annales em suas diversas abordagens, costumam ter posturas mais críticas e investigativas sobre os livros didáticos de História. Costumam, por exemplo, confrontar com os alunos os conteúdos presente nas páginas didáticas e trazem outros veículos como filmes, vídeos e músicas para enriquecer as análises propostas a partir do livro didático. (BITTENCOURT, 2009)

Não restam dúvidas que os livros didáticos é um material múltiplo e rico, complexo de ser compreendido em sua totalidade, pois “[...] precisa ainda ser entendido como veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade” (Bittencourt 2009, p.302). Ou seja, todo e qualquer livro didático de História precisa ser compreendido como um elemento de construção, situado em um contexto e em um autor de produção, pois que o historiador que escreve está sempre tomado por perspectivas e posições. Devemos considerar que a História está em movimento e que as discussões sobre os acontecimentos históricos também estão, e por isso sofrem constantes mudanças a partir dos novos olhares que são lançados para eles.

No Brasil, por exemplo, os livros didáticos, especialmente os de História, chegam às salas de aula das escolas públicas através de uma iniciativa do Ministério da Educação, por meio do PNLD (Plano Nacional do Livro Didático)<sup>2</sup>, que realiza uma criteriosa seleção e análise dos livros didáticos que serão usados por um período de aproximadamente três anos, por professores e alunos da rede pública de educação, praticamente como o único veículo de aprendizagem, nesse contexto, ou seja, considerado como documento incontestável sobre a História ensinada.

---

<sup>2</sup> De acordo com a Wikipédia, desde 2009 o PNLD atende todos os estudantes de escolas públicas, do 1º ano do ensino fundamental ao último do nível médio em todos os estados brasileiros, com exceção de São Paulo que executa seu programa de forma autônoma. Neste sentido, Almeida e Miranda (2012, p.264) afirmam que “O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) situa-se entre os maiores programas de distribuição de livros didáticos do mundo, proporcionando, assim, profundos impactos no sistema de ensino e no mercado editorial brasileiro”.

Mas, de acordo com Le Goff (1996, p.545),

o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Como construtor de memória, os livros didáticos operam de maneira múltipla e abrangente. Assim, as memórias e perspectivas contidas nestes devem ser vislumbradas em sua historicidade espaço temporal. É neste sentido, que problematizamos como é elaborada uma memória da ditadura militar nos livros selecionados, considerando os mesmos como lugares de memória e de elaboração de identidades e representações.

Nesta perspectiva os livros didáticos “é considerado uma das peças da cultura escolar, devendo ser compreendido como uma das práticas educativas, uma vez que é instrumento de seleção, guarda e transmissão de uma memória”.(COSTA, 2013, p.172). E, como espaço de memória, se bem explorado, tem muito a contribuir para a formação dos alunos.

Partimos do princípio de que os livros didáticos têm um espaço cativo no cotidiano escolar e um prestígio significativo. Detém respeito, o que muitas vezes impede de ser questionado e problematizado, e contribui para a solidificação de memórias, a exemplo da memória da ditadura militar, possibilitando que a memória que ele traz seja enaltecida e tida como verdade, pois ela aparece aos alunos como uma informação segura e se não questionado pelo professor ganhará, ainda mais, lugar de verdade inquestionável.

## **1.2: Livro Didático e Memória.**

A memória é fruto das vivências e experiências humanas, assim está sempre atravessada por vidas e acontecimentos. Pensar a(s) memória(s) sobre a ditadura militar que aparece(m) nos livros didáticos de História não é se referir somente à lembrança, mas também a esquecimento, seleção e escolhas a partir das operações mentais de cada sujeito social.



Paul Ricoeur nos mostrou que Memória é vida e atravessa a existência humana conferindo-lhe significação, sentido, afetividade. Afinal, é intrínseca à condição humana a busca de formas de localização no tempo e no espaço, sobretudo como forma de nos entendermos enquanto sujeitos dentro de um grupo específico e em relação a outros grupos em diferentes temporalidades. Por intermédio das práticas de Memória se fortalecem as condições necessárias à formação de uma orientação básica no tempo. Essa habilidade está vinculada a nossa capacidade de estabelecer diálogos com o passado e com o futuro, sendo o tempo presente o lugar de construção dessa inteligibilidade. Por meio das operações de Memória, com toda sua dinâmica de lembranças e esquecimentos, se torna possível avançar num tempo anterior ao de nossa existência e projetar ações para o futuro. (ALMEIDA E MIRANDA, 2012, p.263).

Ou seja, as memórias são construídas, revisitadas, e transmitidas. Por isto, é preciso também considerar as capacidades de despertar os sentimentos de pertença e identificação entre determinadas coletividades, por meio do compartilhamento de experiências, bem como de estabelecer laços e diálogos entre presente, passado e futuro, no sentido de identificar e situar localidades e temporalidades. É nessa perspectiva que analisaremos os livros didáticos, sendo estes instrumentos construídos a partir do “lugar social” de seu(s) autor(es), buscando perceber os olhares que instituem as práticas de Memória sobre a ditadura, e o que estes querem que permaneçam como “verdade” sobre este período por meio do ensino de História.

Diante da permanente possibilidade de esquecimento disseminada em uma sociedade que produz, diariamente, montanhas de informações, somos impelidos a produzir cada vez mais recursos de Memória. Por essas razões, a Memória agregou na contemporaneidade funções e valores plurais que se constituem como grande questão socialmente posta na atualidade. (ALMEIDA E MIRANDA,2012,p.262).

Ou seja, atualmente estamos cada vez mais afinados com a memória. Por tudo ser tão rápido e de fácil acesso a memória é uma forma de visitar momentos e acontecimentos significativos, mas que não nos acompanham no nosso presente, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Assim sendo, com o aumento das pesquisas sobre os acontecimentos passados poderemos sempre estar reelaborando os nossos escritos, e não os mantendo como algo que está cristalizado, impossível de ser alterado, tido como uma “verdade”. Como dito anteriormente, por a História estar sempre em movimento, e com o grande aumento

das informações e dos meios que transmitem essas informações temos, hoje, a oportunidade de termos vários olhares sobre um determinado fato.

Lembrar e esquecer são, pois, formas de lidar e agregar os sentimentos que surgem das realidades e das vivências em seus múltiplos acontecimentos. Segundo Almeida e Miranda (2012), esses mecanismos da memória são mecanismos que auxiliam a organizar as riquezas e multifaces do mundo e do espaço social.

O pensamento histórico, “mobilizado pela Memória histórica, é capaz de formar identidade numa perspectiva temporal, até mesmo como forma de conter as mudanças que ameaçam o entendimento do mundo e do futuro” (ALMEIDA E MIRANDA, 2012, p.267). Neste caso, compreender a memória dos fatos é tarefa fundamental, para que os alunos se reconheçam como sujeitos históricos e de ação capazes de inferir no real e transformar o mundo.

Quando o saber histórico escolar, mobilizado pela discussão procedimental da História e das operações de Memória, possibilita um novo olhar sobre o passado e sobre a História, ele se torna capaz de conferir ao aluno um lugar de protagonismo imprescindível à construção de empatia histórica. Do contrário, quando essa relação com as práticas de Memória é rompida, ou silenciada, o conhecimento histórico é capaz de afastar o aluno da composição da mesma. Isso significa dizer que o ensino de História constitui-se como campo aberto a todo tipo de reflexão acerca da construção de identidade dos alunos, bem como de todas as outras possíveis histórias. (ALMEIDA E MIRANDA, 2012,p.268)

A construção do saber histórico, a partir das memórias auxilia, pois, não só na construção da identidade dos alunos, mas também lhe impulsiona uma intervenção criativa e responsável na sociedade. As práticas de memória conferem e desvelam vozes, discursos e posições de intervenções sociais. Neste sentido, a memória orienta o olhar do aluno, pois lhe desperta reflexões e lhe abre caminhos e possibilidades de visibilidade diferentes sobre o mundo, suas formas de ver e entender tendem a serem transformadas.

É a partir dessas ideias e das análises dos livros didáticos que pretendemos entender, as memórias que estes elaboram sobre esse período, verificando suas cristalizações e repetições ao longo do tempo e possíveis (re)elaborações, já que os autores analisados produzem seus conhecimentos aproximadamente cinquenta anos pós-ditadura militar, tendo com isso tempo suficiente para leituras e elaborações sobre outras produções acerca desse período da história do Brasil.

Partimos da compreensão de que quando o saber histórico mobiliza a memória, surgem representações para os alunos, uma vez que representar é uma forma de entender a realidade, uma maneira de traduzir o real e o vivido. Compreendemos que a memória também constrói representações e “a construção das representações reflete interesses de grupos, legítimas posições e reconhece identidades. As representações revelam, na verdade, as percepções do social historicamente dadas”. (FONSECA, 1999, p.211). Se toda representação envolve motivações pessoais e particulares, sinaliza de qualquer forma interesses e grupos, é de fundamental importância refletir sobre o interesse dos autores ao escrever sobre a ditadura militar, que memória eles querem perpassar, já que muitas vezes o livro didático é tido como o detentor da “verdade”.

Portanto, se o saber histórico e o aprender e ensinar história está impregnado por operações de memória e o livro didático de história é um dos recursos que mais oportunizam a aproximação com uma memória de um determinado fato, isso deve suscitar muitas reflexões, uma vez que:

O livro didático, além disso, legitimado como guardião da "verdade" histórica, constitui-se em um lugar de memória privilegiado que, ao alcance de milhões de pessoas, sedimenta uma identidade nacional adequada aos interesses de determinados grupos. Conjugando textos e imagens, consolidam essa construção identitária no imaginário social, ao mesmo tempo fragmentando o processo histórico e construindo uma representação globalizadora e ordenada da sociedade. (FONSECA, 1999, p.211)

Diante do exposto, pode-se afirmar que memória e livro didático são elementos imprescindíveis dentro do Ensino de História, pois ambos participam efetivamente do processo de ensino e aprendizagem auxiliando na formação dos discentes e na construção de suas identidades e subjetividades.

Tais condicionantes são refletidos no âmbito do Ensino de História e na forma de aprender História, sendo a memória uma categoria cara a essa área do conhecimento, de modo que todos os envolvidos no processo do aprender e ensinar história são perpassados por contatos com a memória.

O desafio interposto atualmente ao ensino de História refere-se aos próprios desafios inseridos pela Memória no tempo presente, uma Memória que reivindica lugares, que aquece o mercado de consumo, que elege o que deve ou não ser preservado, que luta contra as

avalanches de esquecimento. Enfim, a educação para a compreensão da História passa a ter em si também o desafio de lidar com os procedimentos derivados das operações de Memória que estão na ordem do dia dos sujeitos e que interferem diretamente na interpretação que esses fazem acerca das experiências passadas, orientando sua ação no presente e, sobretudo, sua projeção de futuro. Nesse sentido, as práticas de Memória se fortalecem como condição necessária à formação da consciência histórica. (ALMEIDA E MIRANDA,2012, p.264).

Todas essas peculiaridades da memória, inseridas nos livros didáticos de História, trazem desafios para os professores de História e para toda a área dessa disciplina, pois,

A Memória em suas operações de lembranças e esquecimento consiste em pensar ações inteligíveis que fazem parte do cotidiano dos alunos e orientam seu estar no mundo e que, por essa razão, dizem respeito diretamente ao que pode ser mobilizado como porta de acesso ao saber histórico e ao conhecimento das mudanças e permanências no tempo. (ALMEIDA E MIRANDA,2012,p.264).

Portanto,

Considerar o livro didático como lugar de memória, e de uma memória única e uniformizadora, implica demonstrar de que forma efetivamente ele foi construído para que esse objetivo pudesse ser alcançado. A memória resgatada pela História deve estar perdida num tempo distante que não se oferece continuidade, senão seria algo vivido, portanto, natural. (COSTA, 2013, p.170)

As capacidades de compreender a memória construída pelos autores dos livros didáticos sobre a ditadura militar, por exemplo, dentro do ensino de História, dão ao aluno a percepção dele enquanto sujeito de responsabilidades sociais, individuais e coletivas, uma vez que a memória sobre este o período auxilia na percepção do lugar de si e do outro no mundo.

Nestes termos, podemos considerar que a memória sobre a ditadura militar é uma matéria viva, que não está mortificada em um passado distante, ao contrário, ela se coloca no presente e nas páginas dos livros didáticos de História e traz desafios para os sujeitos que vivem esse presente, uma vez que, embora intencione ser uma memória bem resolvida, é uma memória que reivindica lugares, que não está totalmente resolvida, no sentido que traz muitos desconfortos para as vivências do presente. É um silêncio que incomoda e um lembrar que causa problematizações.

“A memória, entretanto, não pode ser confundida com a história, como advertem vários historiadores. As memórias precisam ser evocadas e recuperadas ser confrontadas”. (BITTENCOURT 2009, p.170). Neste sentido, se a história é

construção dos historiadores, a memória é uma das mais importantes matérias para essa construção. Contudo, as memórias trazidas em determinados livros didáticos, geralmente são consideradas únicas e tendem a ser uniformizantes, embora variem de autor para autor, daí a importância de problematizá-las.

São os modos de lidar e de trabalhar com tais memórias que inquietam os sujeitos escolares, bem como as atitudes reflexivas e críticas diante da memória elaborada sobre os acontecimentos históricos que possibilitam, tanto aos professores como aos alunos, a construção de um conhecimento histórico cujas condições de possibilidade ocorrem por meio do lidar com essas memórias.

Portanto, é inegável “a importância da discussão da Memória para a formação dos alunos quanto a sua compreensão de tempo e espaço, assim como sua localização e construção de sentido”. (ALMEIDA E MIRANDA,2012, p.266). A percepção e compreensão da memória oportuniza aos discentes uma elaboração compreensiva acerca de sua localização temporal e espacial. Sendo estes uns dos principais objetivos do Ensino de História.

As formas como as memórias, sobre a ditadura militar, são construídas influenciam o modo dos alunos perceberem as questões espaciais e temporais acerca da História do Brasil e isso afeta também a produção do conhecimento histórico dos mesmos.

A relevância de problematizar e criticar a natureza da memória sobre a ditadura militar, como ou de que modo o referido período tem se instituído como “lugar de memória” nos livros didáticos de História, reside no fato que isso afeta diretamente a qualidade da aprendizagem em História, uma vez que “[...] as memórias individuais ou coletivas tem se transformado numa das fontes cada vez de maior importância para o trabalho de gestação da história”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR,2015, p.39).

## CAPÍTULO 02: DITADURA MILITAR E HISTÓRIA

### 2.1: O ano de 1964 no Brasil

Para pensar a construção de uma dada memória acerca da ditadura militar no Brasil, nos livros didáticos de História, é fundamental uma reflexão a respeito de algumas das diversas perspectivas historiográficas usadas para apresentar este período no campo da História, por ser um dos mais significativos e marcantes para a História do Brasil, estando ainda muito presente nas análises historiográficas, onde se encontra uma pluralidade de memórias.

Conceitualmente, usam-se os termos, Golpe Civil-Militar e/ou Ditadura Civil-militar para se referir à natureza do governo vigente no Brasil entre 1964 a 1985. “O termo “civil-militar” foi apresentado pela historiografia como forma mais precisa para adjetivar o golpe de 1964 e do regime que lhe seguiu”. (MELO, 2012, p.39).

O referido “golpe” teve seu alvorecer no dia 1 de abril de 1964. Ali se iniciava um dos períodos mais duros da história política do Brasil. O presidente João Goulart foi afastado da presidência e se iniciou, aos poucos, o governo militar que resultaria em uma ditadura opressora que se positivou até o dia 15 de março do ano de 1985. Durante esse intervalo de tempo vários militares estiveram à frente do governo do Brasil.

PRESIDENTE	PERÍODO DE GOVERNO
Humberto de Alencar Castelo Branco	Abril de 1964 a 1967
Arthur da Costa e Silva	Março de 1967 a Agosto de 1969
Emílio Garrastazu Médici	Novembro de 1969 a março de 1974
Ernesto Geisel	Março de 1974 a março de 1979
João Batista Figueiredo	Março de 1979 a março de 1985

A ditadura militar teve como contexto uma sociedade perpassada por incertezas e contradições, associada a um período econômico conturbado. “O golpe de 1964 foi uma operação que contou não só com o apoio de parte da sociedade civil brasileira, mas com uma ação efetiva de elites civis”. (MELO, 2012, p.40)

Geralmente, se associa o golpe militar essencialmente a atuação dos militares, mas para alguns historiadores, a presença da classe média brasileira foi relevante. Segundo Napolitano (1998, p.9).

Os acontecimentos do início de 1964 selaram a convergência desses e outros grupos de conspiradores. Uma combinação explosiva de crise econômica (o país não crescia desde 1960, e a inflação chegava a 100% ao ano), crise política (o governo perdia parte de seus aliados no Congresso Nacional), crise social (os trabalhadores urbanos e rurais cada vez mais se faziam presentes no cenário político) e crise militar (a tropa de subalternos exigia maior participação política) criou o clima para o golpe.

A partir dessa compreensão, a arquitetura do golpe foi produto de um contexto problemático, onde várias áreas e setores sociais estavam em crise. Entre eles o plano político onde o então presidente João Goulart perdia, paulatinamente, apoio e respaldo político, devido ao seu projeto de governo popular que desagradava à classe média e aos setores mais elevados da economia e da política.

A imposição de um governo militar não se podia dar aleatoriamente, para alcançar o exercício do poder e se sustentar politicamente os militares criaram e disseminaram um conjunto de ideologias, ideias e concepções que fazia crer ser necessária uma ditadura no Brasil. Essas ideologias e identificações que marcaram a imposição do golpe aparecem vivas na memória transposta para as páginas dos livros didáticos (NAPOLITANO, 1998).

Com isso, criou-se no interior da sociedade um clima de incerteza e de instabilidade, aos poucos se construía a ideia de que o Brasil e sua sociedade eram um ambiente em que se fazia necessário e urgente à atuação do governo militar.

Sem a desestabilização (propaganda ideológica, mobilização da classe média etc.) o golpe seria bastante difícil; sem a iniciativa militar, impossível. Portanto, é preciso bem distinguir a atuação desestabilizadora (a propaganda do Ipes e outras agências) da conspiração golpista civil-militar, que em muitos momentos não passou de retórica radical e somente se consolidou às vésperas do 31 de março.(FICO, 2004, p.55)

A disseminação de ideias auto vantajosas, a propaganda ideológica e a mobilização da classe média foram três fatores considerados importantes, que contribuíram para a legitimação da ditadura militar. Entre os veículos de construção e disseminação dessas ideias destacam-se o Instituto de Pesquisas e Estudos

Sociais (IPES), que foi criado no ano de 1961 e atuou durante todos os anos de ditadura no Brasil.

As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipes, a índole golpista dos conspiradores, especialmente dos militares – todas são causas, macroestruturais ou micrológicas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quanto os processos conjunturais ou os episódios imediatos. (FICO, 2004, p.56)

Assim sendo, a instauração da ditadura no ano de 1964 contou com uma rede de fatores que auxiliaram na eclosão ditatorial. Os militares estiveram mais ativos, uma vez que não só articularam o golpe como foram responsáveis pela manutenção do regime, durante os 21 anos de sua ocorrência.

Contudo, é preciso destacar o apoio das classes médias e das forças armadas, embora seja considerado que "se a preparação do golpe foi de fato, 'civil militar', no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis". (FICO, 2004, p.5). Para tanto,

Foi preciso construir uma rede de apoio dentro das forças armadas e, por essa razão, alguns dos mais destacados associados ao Ipes e ao Ibad foram oficiais dos mais influenciados na época. Tendo estimulado uma atmosfera de inquietação política, conseguiram coordenar e integrar os vários grupos militares, conspirando contra o governo, e, de certa forma, proporcionar o exigido raciocínio estratégico para o golpe. (FICO, 2004, p.51)

De acordo com Fico (2004) fatores econômicos, políticos e sociais foram usados para legitimar o "golpe" e a partir desse tripé os militares fizeram eclodir símbolos e ideologias que institucionalizavam o governo, investindo, sempre, na divulgação de elementos que demonstrassem a positividade do regime e atestassem a ideia de que a ditadura era vantajosa para a sociedade e para o desenvolvimento do Brasil.

Desse modo, de 1964 a 1985 os militares se valeram de um arsenal de estratégias, muitas vezes consideradas "fajutas", para se manterem no poder; entre elas o mecanismo de necessidade de defesa contra as ameaças ao regime, que



representava a ordem e o bem comum. Criaram e elegeram subversivos, todos os que não comungavam de suas ideias. Os militares acreditavam e fazia ser criável diante a sociedade que “deveriam ser eliminados os ‘óbices’ ao ‘objetivo nacional permanente’ de transformação do Brasil em uma potência mundial”. (FICO 2004, p.34). Vendiam a ideia de que era necessário eliminar as barreiras do progresso nacional.

Muitos “inimigos” foram usados pela ditadura, na tentativa de legitimar seu lugar de agente defensor da sociedade brasileira. O principal inimigo eleito pela própria ditadura foi o comunismo. Todos que fossem considerados comunistas eram tidos como inimigos da nação brasileira e, conseqüentemente, vítimas de suspeição e buscas. Para isso, foi relevante a atuação de órgãos como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organização anticomunista importante e prestigiosa na ditadura militar. Assim sendo, todos os que lutavam contra o regime eram perseguidos, julgados, torturados e, na pior das hipóteses, desaparecidos, o que equivalia à morte. Para isso o governo contou com o aparato judicial, que perseguia e punia os subversivos.

Manipulações jurídicas e julgamentos políticos são úteis para um regime autoritário, porque podem desmobilizar movimentos populares de oposição com eficiência, reduzindo a necessidade de exercer a força; porque granjeiam legitimidade para o regime ao mostrar que ele ‘joga limpo’ com seus opositores; porque criam imagens políticas positivas para o regime e negativas para a oposição. (COUTO, 2010, p.220)

O arsenal jurídico, além de auxiliar na “limpeza” dos “inimigos” era um ponto de apoio que legitimava e atestava a coerência do regime, pois, se havia julgamento e investigação, os militares queriam fazer crer que eles eram honestos perante seu adversário. Isso levava mais uma vez a falsa ideia de um governo do bem, interessado no bem-estar da sociedade.

Foram duas décadas de ditadura que refletiram uma desumana forma de governo com estratégias diversas para esconder as torturas, as censuras e privações muitas vezes disfarçadas por “marchinhas e sambas, ideologias e perspectivas de progressos, milagres e vitórias que buscavam conformar os brasileiros a perceber como benéfico aquele governo das limitações e do atraso” (FICO 2004, p.40). A partir dessas prerrogativas as atribuições veiculadas para a ditadura militar na historiografia elaboram memórias sobre esse momento, cujo

conhecimento, principalmente nas aulas de História, chega por meio do livro didático, sempre com o objetivo de “narrar” esse período de forma “verdadeira”. Essa perspectiva mais abrangente, contudo, deve ser repensada.

## 2.2: Versões sobre a Ditadura

A Ditadura Militar foi um dos momentos da história do Brasil que mais gerou discursos e versões diferentes, sobre os atores envolvidos, a forma de acontecimento dos fatos e os princípios ideológicos norteadores do governo militar e dos contrários ao regime.

Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe *contra* a incipiente democracia política brasileira; um movimento *contra* as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva *contra* a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país. (TOLEDO, 2004, p.2)

Inicialmente a temática da ditadura era muito discutida por sociólogos e cientistas políticos. A produção historiográfica que contempla temas relacionados à ditadura militar é recente, primeiro porque, dado a censura do regime, não era fácil produzir trabalhos sobre a ditadura em meio a ela. Em segundo lugar tem-se a realidade das fontes que foram inicialmente raras, só ao passo que se abriam arquivos foi possível o acesso à documentação que oportunizasse análises dos historiadores sobre este período. Esses elementos se impõem de forma acentuada na escrita dos livros didáticos de história ao tratar da ditadura militar.

A abordagem propriamente histórica da ditadura militar é recente. Poderíamos dizer que se trata de uma espécie de movimento de incorporação, pelos historiadores, de temáticas outrora teorizadas quase exclusivamente por cientistas políticos e sociólogos e narradas pelos próprios participantes. De fato, a literatura sobre o golpe de 64 e o regime que o sucederia ficaria marcada, em uma primeira fase, por dois importantes gêneros. O primeiro foi uma espécie de politologia: inspirados, sobretudo pela vertente norte-americana da Ciência Política, muitos estudiosos buscaram explicar e classificar, em termos quase nominalistas, as crises militares de países como o Brasil. Seriam os militares uma instituição autônoma, marcada pelo isolamento e unidade, ou estariam a serviço de determinados grupos sociais? [...] O segundo gênero predominante no que poderia ser caracterizado como primeira fase dos estudos sobre o período foi a memorialística, que cresceu, sobretudo a partir da distensão política patrocinada pelo governo de Ernesto Geisel. Foi de algum modo, a primeira

tentativa de construção de uma narrativa histórica sobre o período, embora já existisse uma ou outra incursão nesse sentido. (FICO, 2004, p.31)

Em meio à produção sobre a ditadura se identifica, na perspectiva de Fico, a preponderância do viés: politologia e memorialística. A primeira prima por análises nominalistas e conceituais com inspiração nos estudos políticos norte-americanos. A segunda centra as análises nas atividades da memória e é considerada o estopim e a referência para análises posteriores, pois abre caminhos por ser a primeira que desencadeia a preocupação em construir narrativas sobre o período da ditadura no Brasil.

As análises sobre a postura dos militares estão muito influenciadas por vertentes da ciência política americana e por releituras marxistas:

A Ciência Política de influência norte-americana, ao enfatizar os aspectos político-institucionais e as variáveis políticas, contrapunha-se às leituras marxistas que destacavam as determinações econômico-estruturais e os condicionamentos de classe. A discussão, por exemplo, sobre o grau de autonomia dos militares, vistos como corporação possuidora de dinâmica própria ou burocracia especializada, confrontava o possível entendimento marxista dos militares como agentes instrumentais da burguesia. (FICO, 2004, p.48)

Essas interpretações dão uma margem maior de compreensão aos elementos político-institucionais e esquecem um pouco de analisar as peculiaridades de atuação e de autonomia de cada militar que estava situado em um grupo e em uma realidade diferente, visto que cada corporação possuía leis próprias de atuação e de trato dos seus agentes.

Na verdade, nenhuma pesquisa acadêmica de fundo restringiu-se ao que poderíamos chamar de uma interpretação marxista economicista ortodoxa ou “vulgar”, que descuidasse completamente dos aspectos políticos ou compartilhasse de um determinismo economicista absoluto. É certo, não obstante, que diversas avaliações marxistas genéricas, em debates, artigos de divulgação ou jornalísticos, enfatizavam o papel determinante de aspectos econômicos. (FICO, 2004, p.48)

Nenhuma das análises sobre a ditadura, mesmo as que compartilham referenciais de cunho marxista, se concentra meramente nos elementos econômicos, para produzir suas interpretações. Optam por análises dos vieses políticos e sociais de cada caso.

Em relação às produções historiográficas sobre essa temática, sobretudo depois dos anos 1980, se destacam as reelaborações a partir da crítica do marxismo e as interpretações dos estudos produzidos sob a perspectiva teórica dos *Annales*.

A produção histórica que marca a nova fase de estudos sobre a ditadura militar possui suas peculiaridades. Boa parte dela foi feita no contexto da chegada da “Nova História” ao país, ou, dizendo melhor, não viria a ser uma produção fortemente influenciada pelo marxismo ou pela segunda fase dos *Annales*. Porém, no campo dos estudos especificamente históricos (diferentemente de áreas como a Ciência Política), a crítica ao marxismo não se fixou na contraposição entre as hipóteses (teóricas) da determinação das estruturas econômico-sociais e a da autonomia do sistema político, mas na valorização do indivíduo e de sua subjetividade em oposição às leituras “tradicionais” (marxistas ou dos *Annales* dos anos 50 e 60) de cunho estrutural. Assim, abandonando explicações fundadas em conceitos como os de “classe social”, “modo de produção”, “estrutura econômica” ou “estrutura social”, os historiadores do que se convencionou chamar de “Nova História” buscaram uma estratégia cognitiva (mais do que uma perspectiva teórico-conceitual) que enfatizasse o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua “mentalidade”, sua “trajetória de vida” etc., opções que, obviamente, não incidiram apenas sobre os estudos relativos à ditadura militar, mas sobre todo o escopo de estudos históricos aqui e alhures. (FICO, 2004, p.39-40)

Pela própria contextualização do momento histórico da ditadura, momento de ascendência dos estudos da Nova História, a produção historiográfica também é marcada pelas influências dessa vertente de estudos, direcionando as interpretações e produções para o indivíduo e seu papel no seu contexto de vivência, sua atuação no cotidiano. Assim, se privilegiou as análises sobre as mentalidades e emoções que norteiam a caracterização ditadura no Brasil. Essas versões e abordagens ficam claras quando se analisa o conteúdo dos livros didáticos de história, sob as novas abordagens da ditadura militar, os quais se configuram como construtores de outras memórias e perspectivas, para além da memória oficial sobre este período.

Diante do exposto, vale considerar que a produção historiográfica e acadêmica da atualidade se preocupa muito com a vivência dos indivíduos, em detrimento das estruturas que os cercavam. Essa peculiaridade pode ser percebida da montagem e no teor textual dos livros didáticos de história, quando abordam a temática da Ditadura Militar. Busca-se captar os conjuntos de mentalidade, de sentir e agir dos sujeitos e de duas coletividades, o que acaba em grande medida ofuscando as lutas de resistência e contraposição dos grupos envolvidos na luta contra a ditadura militar.

As reflexões sobre repressão e censura são uma das possibilidades mais ricas de análise, dentro dessa temática, pelo fato de que:

[...] a repressão violenta é um dos aspectos mais importantes para se entender os grupos militares de então. Guarda relação direta com esse tema a ideia, muito repetida nas memórias de militares, segundo a qual a tortura e o extermínio seriam da responsabilidade de subalternos, praticantes de excessos que teriam constituído um modo desvirtuado de levar a cabo a repressão, sem a aprovação dos oficiais generais — tese que chegou a ser admitida por analistas importantes. (FICO, 2004, p.35)

As análises historiográficas sobre repressão encaminham para uma série de questões e problemáticas, que se encontram ao analisar os livros didáticos de História, selecionados para esta pesquisa. Uma delas é a questão da memória, a repressão é lembrada de forma diferente pelos militares, pelas vítimas e pela família das vítimas.

De acordo com Fico (2004), os manejos das memórias tendem a reinterpretar ou dar novas roupagens a realidades dentro da ditadura. “As mencionadas “moderação” de Castelo e transmutação da “luta armada” em “resistência democrática” são apenas dois exemplos de lista bem mais extensa de conflitos suscitados pela memorialística.” (FICO, 2004, p.32). Percebe-se uma luta e uma disputa de memórias entre os vencidos e os vencedores, onde a memória dos militares tende sempre a suavizar as atividades de repressivas e redimensionar as atrocidades cometidas. “Não se trata de desqualificar o gênero, mas de bem entendê-lo, pois as memórias (oficiais, da esquerda e de outros grupos sociais) são antes objetos de análise do que fontes de acesso a uma suposta versão verdadeira”.(FICO 2004, p.32).

Outra questão que o estudo sobre a repressão desemboca, é a posição e a função desempenhada pelos militares. Algumas teses defendem que os militares não praticavam repressão, pois isso era tarefa de subalternos especializados. Outras teses acreditam que somente os militares tidos como “linha dura” efetivamente praticaram atividades de repressão e tortura, pois haviam os militares ditos “moderados” que optavam por combates ideológicos contra os adversários do regime.

Essas análises historiográficas acerca da ditadura militar aparecem de formas sutis e diversas nas abordagens dos autores dos livros didáticos de História,

orientando as suas escolhas e visões no momento de organizar a escrita e exposição sobre a ditadura enquanto conteúdo didático e momento histórico.

Segundo Martins Filho (2002), a ditadura no Brasil é praticamente encerrada para os militares, com a Lei da Anistia, promulgada pelo General Figueiredo no dia 28 de agosto de 1979. Para os torturadores militares o assunto foi resolvido e para os civis vitimados permaneceu a dor da injustiça abafada. Na verdade, a lei da anistia concedeu inocência de certa forma aos militares, pois eximiu o Estado das responsabilidades pelos desaparecidos e a estes instituiu um rótulo, ou melhor, um atestado de paradeiro ignorado que presumia a morte. Assim, o Estado não tinha mais nenhuma culpa e naquele momento os desaparecidos era um caso perdido, por assim dizer.

Resta saber como um acontecimento significado de forma tão complexa perpassa as páginas dos livros didáticos que analisamos, construindo saberes e dizeres que fundamentam a institucionalização deste período para o ensino de História do Brasil. É relevante verificar a natureza da memória construída nas entrelinhas do texto didático, a custos dos elementos textuais e ideológicos dos autores dos livros.

## **CAPÍTULO 03: A DITADURA NO BRASIL (1964-1985) CRIADA E RECRIADA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.**

### **3.1: Construção de memórias: a ditadura institucionalizada**

Partindo do pressuposto que ao narrar ao informar os autores dos livros didáticos criam uma representação possível sobre a ditadura militar pode-se afirmar que eles auxiliam na construção de uma memória sobre o período em análise.

O livro didático, há muito tempo, é o responsável pela sacralização dos conteúdos históricos no âmbito escolar. As pesquisas e teorizações revelam que o papel do livro didático ganhou espaço, à medida que o mesmo é responsável pela explicitação e sistematização dos conteúdos oriundos da produção historiográfica ou dos projetos de ensino. (ROCHA, 2008, p.33)

Dada à relevância do livro didático e o seu argumento de autoridade, as “verdades” ditas pelos autores e suas respectivas versões sobre a ditadura são sacralizadas entre os alunos que muitas vezes só tem este como meio de informação sobre esse período e, em grande parte, pelos professores que não contestam nem problematizam o conteúdo dos livros didáticos.

As lembranças da ditadura militar são espaços contestados, de lutas e rancores entre os ditos “vencidos” (vítimas e seus familiares) vitoriosos (militares e torturadores). “Há esquerdistas sobreviventes dos tempos da luta armada ou seus descendentes vomitando o ódio da derrota e cultivando o revanchismo, rejeitando a anistia que pressupõe esquecimento recíproco”. (MARTINS FILHO *apud* PASSARINHO, p.02). Sendo que se esse esquecimento por parte das vítimas passa a ser impossível, mas, nos lugares de elaboração de uma memória sobre este período, a exemplo do Livro didático, ocorre com persistência.

A memória presente nas páginas didáticas sobre a ditadura não chega de forma aleatória, há todo um processo de incorporação historiográfica, baseado em teorizações e nos projetos de ensino.

O que se percebe é que, na consolidação da memória e da verdade enquanto direito, há uma inversão na lógica de produção jurídica moderna, sendo este direito construído de baixo para cima, pois, primeiramente pensado e reivindicado pelos movimentos sociais, é num

segundo momento que o mesmo chega até um dos órgãos do Estado que poderá legitimá-los e formalizá-los. (GALLO, 2010, p.137)

Dessa forma, a memória é construída por todos os sujeitos sociais ativos, ou seja, pelos sujeitos históricos. No entanto a forma de incorporar e de institucionalizar é diferente, é um movimento que muitas vezes parte de cima para baixo, embora a sociedade civil e os movimentos de contestação reivindicuem para si papéis de destaque na memória sobre a ditadura.

Portanto, apesar de considerarmos que as memórias surgem de experiências vividas e a natureza dessas experiências determinam, também, as características dessa memória. Segundo Silva (2011, p.520).

A experiência vivida durante a ditadura militar no Brasil configura-se em experiência traumática no plano político. O não enfrentamento público entre aqueles que sofreram torturas, prisões arbitrárias e perseguições e os torturadores, carrascos dos porões dos aparatos repressivos, embora pareça esquecido, permanece no inconsciente social.

O trauma político da ditadura refletiu no plano social. O caráter arbitrário das torturas e punições não pode ser esquecido. O fato é passado, mas a memória assombra o presente, principalmente o presente das pessoas que foram vítimas dos militares nesse período e que até hoje buscam por justiça. E que precisam que toda sociedade tenha conhecimentos das verdadeiras atrocidades que essas vítimas passaram.

A história transforma o trabalho de memória em um trabalho de luto. Muitas vezes, essa é uma forma de retirar dor dos objetos históricos, interiorizando-os, principalmente quando estamos na “onda de choque” do “evento traumático”. Pensar sobre os sentidos atribuídos ao Golpe pelos autores de livros didáticos de história é, ao mesmo tempo, portanto, um trabalho de memória e um trabalho de luto. Porém, sabemos que o luto inacabado não permite a edificação de uma tumba escriturária, que seria uma história com “distanciamento”. Além disso, o historiador-autor de livros didáticos teria determinadas “identificações” em relação ao acontecimento que são próprias ao seu ofício, mas que seriam agravadas quando ele participa de tal conjuntura. O poder traumático dos eventos talvez possa não ter sido totalmente absorvido no momento em que ele escreveu. A dificuldade, nesses casos, não é apenas conceituar e interpretar bem, mas fazer corretamente o trabalho de luto. A fim de que o evento não caia no esquecimento e/ou impeça ao presente de criar o novo. (PEREIRA,2011, p.214)

A partir dessa compreensão, lembrar, falar sobre a ditadura é sempre difícil. Parece ser incômodo. A memória da ditadura no Brasil é perpassada por uma dor e



por retrospecto negativo de injustiça e horror. A forma como a ditadura e seus crimes foram encerrados, contribuem para a caracterização problemática da memória. A reconciliação entre Estado e sociedade interditou a busca pela investigação do passado, fazendo com que este passado, enquanto trauma político permanecesse submerso no presente e no inconsciente social. (SILVA, 2011, p.513). Por isso o paradoxo entre a necessidade e a dificuldade dos livros didáticos estarem sempre sendo renovados, reelaborados e trazendo novos olhares e saberes, abrindo espaços para as novas análises e depoimentos que vão surgindo. Não permitindo que ocorra uma perpetuação, uma construção de “verdades” a partir de um determinado ponto de vista.

Vale salientar, pois, que ao falar da ditadura militar, o livro didático está tratando de uma memória viva, uma vez que a ditadura no Brasil, ainda é uma questão mal resolvida. Parte da sociedade brasileira, especialmente os que lutaram contra a ditadura e os que foram vítimas das brutalidades militares estão tomados por um sentimento de revolta e indignação, pois não esqueceram os ocorridos e se sentem desejosos de justiça, mas, e essas questões são suprimidas nos livros didáticos que analisamos.

É difícil ou impossível, viver com a incerteza do desaparecimento dos seus familiares, não saber se eles estão mortos realmente ou apenas sumidos. Nunca ter o corpo do seu familiar devolvido, obriga-se a conviver com a dúvida perturbadora do não saber.

Quando instados a falar, os oficiais das Forças Armadas, principalmente os que têm ou tiveram responsabilidades institucionais, insistem na necessidade de “virar a página” da história e pensar no futuro - em prol da concórdia nacional e do bom nome de suas corporações. Dessa maneira, os narradores de esquerda parecem na obrigação de contar e recontar os acontecimentos que cercaram a resistência derrotada. Suas narrativas são corroboradas pelas obras de historiadores e jornalistas. Do lado dos militares não se comemora a vitória. Ao cotejar a memória militar e a memória militante - na forma como foram construídas a partir do momento em que vieram à luz os primeiros depoimentos dos sobreviventes dos anos de chumbo. (MARTINS FILHO, 2002, p.01)

E para que “toda” a sociedade tenha conhecimento desse acontecimento ele deve vir nas páginas dos livros didáticos, sendo que este é o meio que todo aluno tem acesso, e sendo este um dos únicos meios informativos de boa parte da

sociedade, ele deve conter depoimentos de quem sofreu na pele as atrocidades sofridas por quem foi contra os governos militares.

Mas, o que se percebe, quando a memória da ditadura é problematizada, é que os militares preferem não falar sobre o período, ou poucos falam sobre os cargos que exerciam, para de alguma forma não darem satisfação à sociedade. Eles não querem reparar, pois eles não se arrependem. Da parte deles a fala acerca dessa memória ficará sempre interdita. As lembranças do período vêm sempre por parte das vítimas, que veem em seus depoimentos uma forma de denúncia e de lembrar a sociedade que os horrores dos militares foram reais. O acerto de contas pessoal com o próprio passado é, evidentemente, uma questão de foro íntimo e, enquanto houver sobreviventes, o tempo da lembrança pertence a cada um. (MARTINS FILHO, 2002, p.15)

Assim sendo, a memória da ditadura é uma lembrança, mas dolorida e difícil de ser lembrada. As falas sobre o período são tímidas e trazem o medo, o horror e a indignação aos olhos de quem fala, no caso as vítimas, que, de alguma forma tiveram os cursos de suas vidas mudados, pelas ações desumanas do regime e querem, sempre, fazer presente essa memória para que todos saibam e não permitam que o horror e essas injustiças volte a atacar boa parte da sociedade.

Assim sendo, a ampliação dos conteúdos sobre a ditadura militar poderia ter um espaço privilegiado nos livros didáticos de História, mostrando mais abertamente as formas de torturas e censura que boa parte da sociedade sofreu por ser contra os militares no poder e sua forma de governar o país. Mas, devido ao fato de que os livros didáticos são institucionalizados por órgãos oficiais do Estado e, como peças políticas, devem contemplar, para serem aceitos e adotados como referência, conteúdos que passem pelo crivo desses órgãos, o que envolve, também, o mercado editorial, muitas vezes os conteúdos apresentados direcionam as abordagens para os interesses ideológicos dos dominantes.

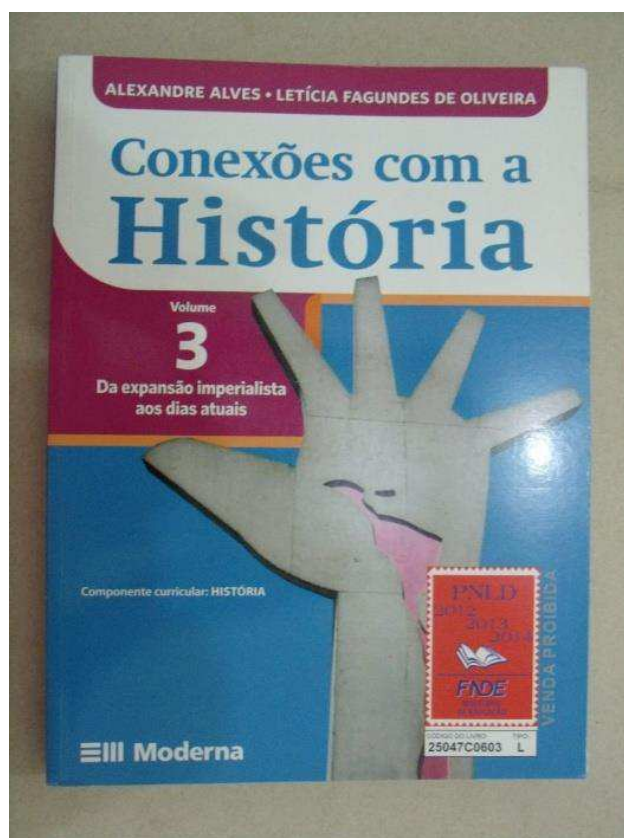
Daí a importância de problematizar as memórias que os livros didáticos elaboram acerca deste período da História do Brasil.

### 3.2: A Ditadura nas páginas didáticas

Os livros didáticos, como já vimos, são materiais abundantes na cultura escolar, existem diversas edições com diferentes editoras e autores. Os que contemplam o estudo da ditadura militar são referentes ao nono ano, do Ensino Fundamental II e ao terceiro ano do Ensino Médio.

As fontes aqui trabalhadas são livros didáticos de História do terceiro ano do Ensino Médio. E a leitura crítica e interpretativa dessas fontes se configura, notadamente, a partir das questões metodológicas. Dessa forma, embora os livros analisados conttenham muitas das características dos livros didáticos em geral, possuem suas especificidades. Sendo estes das editoras Saraiva e Moderna: ALVES; OLIVEIRA (2013); BRAICK; BECHO (2010); COTRIM (2009), COTRIM (2010) e COTRIM (2013).

Em conexões com a História de ALVES; OLIVEIRA (2013) é reservado o capítulo doze para o estudo da ditadura militar no Brasil.



Os autores não tratam a ditadura militar no Brasil de forma isolada e nem como um fato único, eles a inserem no conjunto das ditaduras da América Latina.

Assim, analisam o caso do Brasil, em uma unidade intitulada “Ditaduras Militares na América Latina”, que trata também do caso da ditadura no Chile e na Argentina.

**Capítulo**  
**12**

## Ditaduras militares na América Latina

### Objetivos

- ▶ Reconhecer nas primeiras medidas tomadas pelo regime militar no Brasil a montagem do sistema de repressão e centralização política.
- ▶ Compreender o papel contestador de algumas produções artísticas.
- ▶ Relacionar a propaganda do “milagre” econômico brasileiro ao ufanismo promovido pelo regime militar.
- ▶ Compreender os principais acontecimentos que marcaram o processo de abertura política no Brasil.
- ▶ Analisar dois casos de ditadura militar em outros países da América Latina: Chile e Argentina.
- ▶ Identificar as principais características dos governos militares instaurados no Brasil, no Chile e na Argentina.

### Palavras-chave


- Ditadura militar
- Cinema novo
- Tropicalismo
- Lei da Anistia
- Diretas Já
- Frente popular
- Golpe militar
- Operação Condor

### Violência e esperança

Nos anos 1960 e 1970, a instabilidade política, a crise econômica e o temor das classes dominantes de uma revolução socialista foram as principais razões que levaram os militares ao poder em algumas nações latino-americanas, como o Brasil. A instauração de ditaduras militares na América Latina expressava a bipolaridade dos anos da Guerra Fria. O fim das liberdades democráticas, a violência, a repressão aos opositores e a censura tornaram-se as marcas de muitos desses governos.


Apesar disso tudo, novos tempos viriam. A conquista da liberdade e da democracia foi uma luta muito dura e tortuosa. Muitas pessoas resistiram a esses governos e pagaram com a própria vida pelo direito de expressar livremente suas opiniões e lutar por um país mais justo e equilibrado. As atrocidades cometidas pelos regimes militares estão entre as mais bárbaras da história recente do continente.

**Objeto educacional digital**  
O humor contra a repressão



Charge de Claudius publicada no livro *20 anos de prontidão*, em 1984. O Dops (Departamento de Ordem Política e Social), repartição das polícias civis estaduais, era um dos principais aparatos repressivos dos governos militares no Brasil.

— Eu só gritei “Olha o DROPS!”



Charge de Ziraldo publicada no livro *20 anos de prontidão*, em 1984. O artista ironiza na obra um dos mais famosos slogans criados pelos militares: “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

Nesse sentido percebemos uma narrativa da ditadura, a partir do conjunto de ditaduras que se deram na América Latina. Os autores trazem imagens, no decorrer do texto, para mostrar algumas das ideologias da Ditadura Militar, como por exemplo a frase “Ame-o ou deixe-o”, que foi um dos símbolos ideológicos que os militares usavam, para reforçar junto a nação que todo brasileiro devia amar e lutar pelo Brasil, e os que não fizessem isso o deixassem, em uma clara alusão aos resistentes à ditadura.

Os autores fazem um texto numa narrativa com predominância detalhista, citando os fatos e os acontecimentos do regime. Citam todos os atos constitucionais promulgados, em uma sequência. No entanto, o livro enfatiza o AI-5 e se coloca como partidário da tese que este Ato Institucional iria tornar o regime mais duro no ano de 1968, pelo fato de tornar a censura e a tortura práticas institucionalizadas.



## Castello Branco: a primeira fase do regime dura militar.

Já em 9 de abril de 1964, a Junta Militar expediu o primeiro Ato Institucional (AI), lei emitida pelo Poder Executivo que não dependia de análise e aprovação pelo Congresso Nacional.

O primeiro Ato Institucional ampliava os poderes do presidente e fortalecia o Poder Executivo como um todo. Autorizava também o chefe do Poder Executivo a alterar a Constituição, suspender direitos políticos e forçar mandatos. O AI-1 também determinava a eleição imediata de um novo presidente da república, escolhido pelo Congresso Nacional. Dois dias depois, o general Humberto de Alencar Castello Branco, ligado à "Sorbonne", foi eleito presidente.

O mandato de Castello Branco deveria durar até o final de janeiro de 1966. Porém, a crença na saída rápida dos militares durou pouco. Ainda em 1964, uma emenda constitucional adiou as eleições em um ano. Diversos líderes políticos civis que haviam apoiado o golpe e pretendiam candidatar-se à presidência em 1965 passaram a criticar os militares.

A resposta do governo às críticas de ex-aliados veio em outubro de 1965: a criação do Ato Institucional nº 2, que estabelecia eleições indiretas para a presidência da república, alterava a composição do Supremo Tribunal Federal e extinguiu os partidos políticos. No lugar dos antigos partidos foram criados dois novos, os únicos que poderiam funcionar: a **Aliança Renovadora Nacional** (Arena) e o **Movimento Democrático Brasileiro** (MDB). No bipartidarismo imposto pelo AI-2, a Arena aglutinava os apoiadores do governo e o MDB reunia os políticos da oposição.

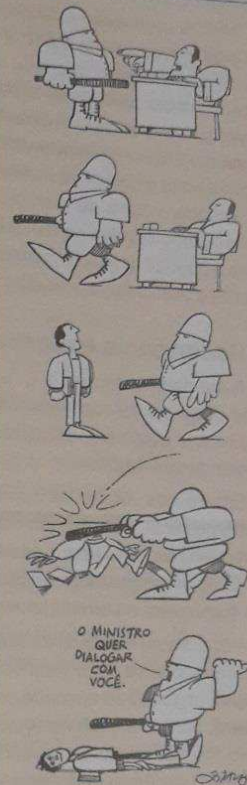
O espaço de participação política da sociedade ficou ainda mais reduzido com o decreto dos Atos Institucionais nº 3 e nº 4, em 1966. O AI-3 transformava em indiretas as eleições para governador e vice-governador e suspendia as eleições para prefeito das capitais, que passava a ser indicado pelos governadores. O AI-4 fortalecia o Poder Executivo e extinguiu os efeitos da Constituição de 1946.

## AI-5: a dura face do regime

Sindicatos operários e camponeses, entidades estudantis, intelectuais e jornalistas eram perseguidos e silenciados [doc. 1]. O regime mostrava sua face repressiva. A decretação da **Lei de Segurança Nacional** de 1967 confirmou o caráter autoritário do regime ao autorizar a **repressão** a toda manifestação que pudesse ameaçar o governo ou a estabilidade nacional.

Arthur da Costa e Silva, alinhado com a "linha dura" do regime, assumiu a presidência em 1967. Foi em seu governo que a repressão assumiu sua forma mais clara ao decretar, em 13 de dezembro de 1968, o **Ato Institucional nº 5**. O AI-5 fechava o Congresso Nacional, suspendia todos os direitos civis e constitucionais e a garantia de *habeas corpus* nos casos de crimes políticos, e proibia manifestações de natureza política. Esse mesmo Ato autorizava o presidente a intervir nos estados e nos municípios e a suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão suspeito de agir contra o governo. Com o AI-5, a ditadura mostrou seu lado mais sombrio. Aumentaram as perseguições aos críticos do regime, a restrição ao funcionamento de organizações civis e a censura à imprensa e às artes.

DOC. 1



Charge de Ziraldo, publicada no *Correio da Manhã*, em junho de 1968, meses antes do anúncio do AI-5. A violência do regime já tinha se estabelecido.

### QUESTÕES

1. Interprete a situação representada nesta charge.
2. Que relação é possível estabelecer entre a charge de Ziraldo e o momento político no qual ela foi produzida?

Nessa abordagem do livro didático, se percebe uma discussão sobre as particularidades do governo Castelo Branco e uma apresentação do AI-5, mostrando as finalidades deste Ato, ligado a censura e a tortura e mostrando as faces da ditadura reveladas por esse Ato institucional. Nesse caso os autores usam a charge, como recurso para criticar as atividades de tortura e repressão operadas pela ditadura.

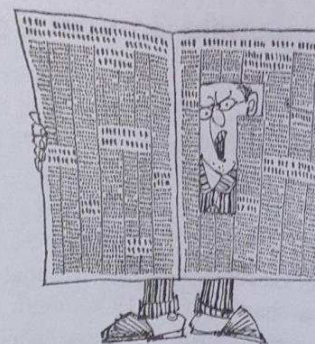
Os autores são bastante detalhistas para falarem sobre a organização e os mecanismos usados pelos militares, no entanto dão destaque mínimo para as formas de resistência civil. Dentro da abordagem sobre o AI-5, aproveitam o curso da discussão para falarem sobre as manifestações estudantis e sobre as atividades de resistência dos artistas, mencionando o cinema e a música como elementos de denúncia do regime. Mas não dão destaque às atividades de contestação por parte da classe trabalhadora.

A abordagem desse livro mostra uma ditadura organizada com sistemas judiciais de repressão e fiscalização eficientes, cita o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) descrevendo a sua atuação, que no livro em questão aparece como um órgão que exercia a função de manter e disciplinar a ordem militar no país; e, a OBAN (Operação Bandeirantes), que minimizam a ação das guerrilhas e dos civis em geral, mostrando uma esquerda frágil e desarticulada.



## Contestações ao regime

Muitas produções culturais do período abordaram a situação política do país e procuraram mostrar que a insatisfação com o regime crescia. O **cinema novo** buscava, com sua linguagem fortemente imaginativa, uma estética capaz de mostrar a crueza das relações sociais e pessoais no país. O teatro atravessava um momento de intensa produtividade. Grupos como o Arena e o Oficina chamavam o público para participar das apresentações e estimulavam o desejo de manifestação numa época marcada pela censura. A chamada música de protesto, por sua vez, incorporava temas sociais e atuava como espaço de denúncia política. Outras formas de expressão na música popular, como o **tropicalismo**, também moviam os jovens a questionar valores e costumes e a mostrar uma face rebelde.



Charge de Fortuna sobre a censura à imprensa durante o regime militar no Brasil, publicada no *Correio da Manhã*, em 1966.

## Resistência e repressão

A imposição do AI-5 e o fechamento do Congresso restringiram ainda mais as contestações públicas ao regime militar. As passeatas de estudantes pela liberdade, violentamente reprimidas pelas tropas policiais, diminuíram, e parte da oposição ao regime passou a atuar na clandestinidade.

Setores da esquerda optaram pela luta armada e organizaram movimentos de guerrilha urbana e rural. As experiências guerrilheiras ocorridas na América hispânica, principalmente com a Revolução Cubana, serviam de exemplo e modelo. Os movimentos armados ocorridos no Brasil, no entanto, tinham muito pouco apoio da população civil, quando não eram desconhecidos, e enfrentavam as dificuldades de agir em um país de dimensões continentais.

Além disso, a esquerda armada pulverizou-se em diferentes grupos e foi atingida pela repressão violenta de órgãos de segurança, como o **Departamento de Ordem Política e Social (Dops)**, organizado em cada estado desde antes do **golpe militar**, e a **Operação Bandeirantes (Oban)**, centro de informações e investigações do Exército, criada em 1969. A Oban recebeu apoio financeiro de empresários brasileiros e estrangeiros para combater a guerrilha de esquerda. O órgão foi responsável pela prisão, tortura e morte de adversários do regime militar.



Passeata dos Cem Mil, na cidade do Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968. Estudantes, trabalhadores, intelectuais e artistas, como Chico Buarque, Caetano Veloso, Paulo Autran e Gilberto Gil, protestavam contra a repressão e a violência do regime militar.

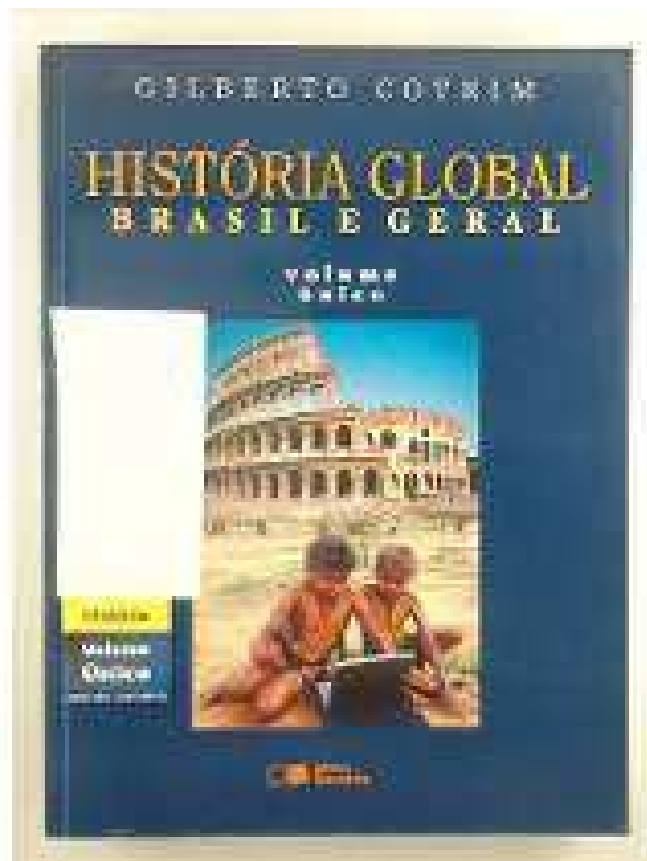


Percebe-se uma problematização acerca da repressão e dos movimentos contrários à ditadura, através de imagens, por meio das quais é apresentada a pujança dos movimentos contrários ao regime, dando a ideia de embate constante entre ditadura e sociedade, embora não haja um aprofundamento dessa questão.

Em relação às organizações, DOPS e OBAN, por exemplo, cada uma tinha funções específicas. O DOPS se ocupava de assegurar a ordem no país, segundo as ordens dos militares. “As práticas de polícia política do DOPS/RS somente poderiam ser concebidas como práticas de terrorismo aplicadas sistematicamente pelo Estado” (BAUER, 2007, p.02). A OBAN foi criada em 1969, com a finalidade de investigar e desarticular facções revolucionárias comunistas. Foi organizada e pensada para ser um centro de informações, montado pelo exército brasileiro com o auxílio do Governo de São Paulo e também pode ser considerada como aparato desse terrorismo.

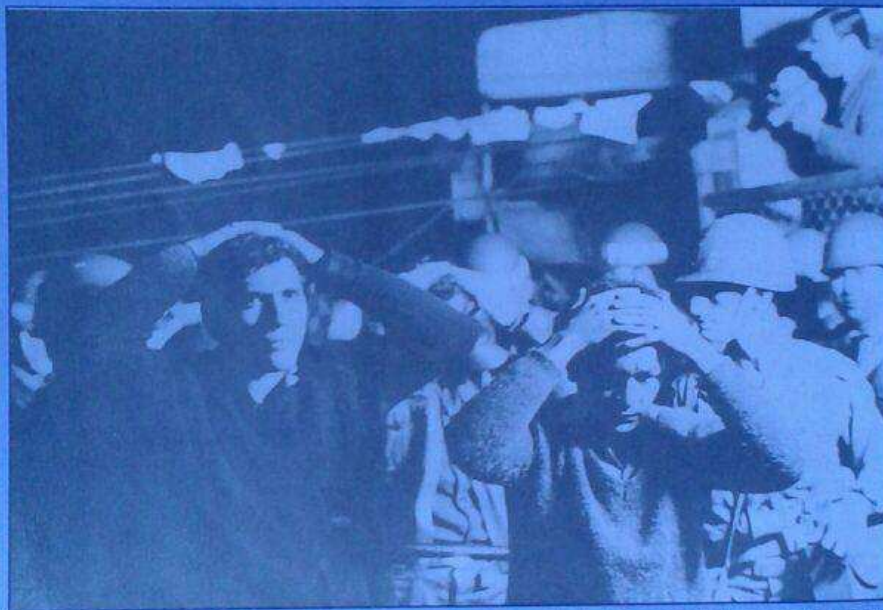
Os movimentos de contestação à ditadura são mostrados como manifestações esparsas e desconcentradas, uma vez que os autores não investem na análise de uma esquerda ativa. Não falam de maneira aprofundada sobre os desaparecimentos, assassinatos e horrores que os funcionários destes órgãos cometeram com os militantes que se mostravam ser contra a ditadura.

Também não mostram os civis que foram presos e exilados, não discutem o movimento estudantil, etc.; assim como não fazem uma análise sobre o poder de repressão dos torturadores sobre os torturados. Citam os movimentos de resistência armada no Brasil, mas colocando-os como fracassados e mal sucedidos. E, como contraponto, apresentam o caso da Revolução Cubana, colocando como exemplo de atividade de oposição bem sucedida.



O autor Gilberto Cotrim, do qual analisamos três edições consecutivas (2009, 2010 e 2013), no livro intitulado de História Global Brasil e Geral (2009), volume único, cujo capítulo 14 é sobre a ditadura no Brasil, faz uma explanação da ditadura enquanto fato independente.

# Regime militar no Brasil



Na foto, repressão policial aos funcionários da empresa Cöbrasma, na cidade de Osasco (SP), durante greve em 1968.

De 1964 a 1985, o comando das forças armadas (exército, marinha e aeronáutica) controlou as principais instâncias do poder político do Brasil. Os militares no poder tomaram medidas autoritárias que, de um lado, limitaram as várias formas de liberdade dos brasileiros e, de outro, reprimiram as manifestações e as lutas a favor da democracia.

## Investigando

Converse com seus colegas e professor sobre as questões a seguir:

- Quais os significados atuais atribuídos ao termo "ditadura"? Qual seu sentido em contraste com "democracia"?
- Quais as principais características políticas e econômicas que, no plano federal, marcaram as decisões dos governos autoritários no período de 1964 a 1985?
- Qual sua própria opinião sobre a ditadura? Desenvolva e fundamente seus argumentos.

Na abertura do capítulo ele traz uma imagem interessante, que poderia ser problematizada e inserida no contexto da repressão luta e censura, no entanto ele escolhe outros caminhos e propões uma reflexão, em espécie de exercícios, como

exposto na figura acima, que focam mais nas características políticas e econômicas da ditadura.

Sua análise é baseada em cada governo militar e exposta de forma bem reduzida, mostrando os feitos de cada presidente, pontos positivos e negativos, mas percebe-se que ele foca mais na questão econômica e política do país do que nos embates que ocorrerem entre civis e militares, não problematizando as relações de poder e as correlações de forças que se estabeleceram no período. O autor é conciso em relação à reflexão com as fontes e documentos, pela lógica do espaço para explanação do conteúdo. Assim sendo, a reflexão crítica fica condicionada às habilidades e competências do professor, no sentido de ampliar a pesquisa e o debate acerca do conteúdo no cotidiano da sala de aula.



## O "milagre brasileiro"

O governo Médici foi marcado ainda por um período de desenvolvimento econômico que a propaganda oficial chamou de **milagre brasileiro**. Comandada pelo ministro da Fazenda, Delfim Neto, a economia cresceu a altas taxas anuais, tendo como base o aumento da produção industrial, o crescimento das exportações, a expansão do crédito para as classes médias e a acentuada utilização de empréstimos do exterior. O Estado passou a intervir na modernização da economia, principalmente nos

transportes (expansão das rodovias), na produção de energia (construção de usinas hidrelétricas) e nas comunicações.

Em compensação, o governo adotou uma rígida política de arrocho salarial, diante da qual os trabalhadores e os sindicatos não podiam reagir devido à repressão política.

Entretanto, o "milagre" durou pouco, pois não se baseava de forma predominante nas próprias forças econômicas do país, mas numa situação externa favorável e na tomada de empréstimos internacionais. Ao desaparecer essa

situação — por exemplo, com o aumento do preço do petróleo no mercado externo —, a economia brasileira sofreu grande impacto. Por um lado, a inflação começou a subir; por outro, a **dívida externa brasileira** elevou-se de maneira assustadora.

Teve início, então, uma longa e amarga crise econômica. O governo militar foi perdendo um de seus principais argumentos para sustentar-se no poder, pois a ditadura não garantia o desenvolvimento. As oposições políticas foram lentamente se reorganizando e passaram a exigir, de modo crescente, a volta da democracia.

Reprodução de cartaz de propaganda do governo Médici. As imagens procuram esconder o lado violento da ditadura militar.



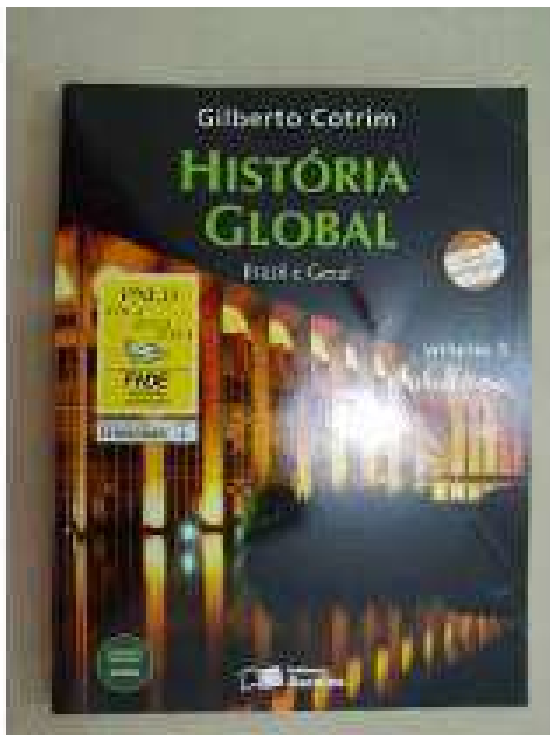
**PENSANDO E CONFERINDO**

Explique com suas palavras o que foi o "milagre brasileiro" e quais foram suas consequências nos anos que se seguiram.

O autor evidencia o crescimento econômico do Brasil, através do conhecido Milagre econômico, em meio à ditadura, e expõe a bandeira do Brasil com um dos lemas difundidos pela ditadura "Ninguém mais segura este país". Mas não

problematiza com profundidade como e a custos de que se dá esse crescimento, nem sequer instiga a reflexão acerca desta questão.

Na edição de 2010, História Global Brasil e Geral, o capítulo sobre a ditadura intitula-se Governos militares. Nele, Cotrim, novamente, vai analisar a ditadura a partir de cada governo militar, de forma bem reduzida, focando mais uma vez na questão econômica e política.



Ele cita todos os militares que estiveram à frente do governo e discute seus principais feitos sejam eles positivos ou negativos e as respectivas repercussões. Não discute os movimentos sociais com profundidade, apenas cita-os como “movimentos de protesto”, e em não mais de onze linhas, fala sobre os seguintes movimentos contra a ditadura: “movimentos dos estudantes, operários, políticos de oposição e padres denominados ‘progressistas’”. Não mostra a grandeza desses movimentos de esquerda contra o governo ditatorial.



## Organizando

1. Em que se baseava a proposta econômica do governo Castelo Branco? Qual era a situação dos trabalhadores?
2. Cite as medidas adotadas no governo Castelo Branco que restringiram as instituições democráticas.
3. Qual foi a principal característica da Constituição de 1967?
4. Em que contexto surgiu o bipartidarismo e como se caracterizou?

## GOVERNO COSTA E SILVA (1967-1969)

### O recrudescimento da ditadura

Ao final do governo Castelo Branco, o alto comando militar escolheu como novo presidente o marechal Artur da Costa e Silva, ministro da Guerra de Castelo Branco. Essa escolha foi referendada em 3 de outubro de 1966 pelos políticos da Arena, que eram maioria no Congresso Nacional. Para registrar seu protesto, os integrantes do MDB retiraram-se do local de votação. Costa e Silva assumiu a presidência em 15 de março de 1967.

#### ■ Movimentos de protesto

Durante o governo Costa e Silva, apesar da violenta repressão policial, aumentaram no país as manifestações públicas contrárias à ditadura militar, reunindo diversos grupos sociais:

- **estudantes** – saíam às ruas em passeatas;

- **operários** – organizavam greves contra o arrocho salarial;
- **políticos de oposição** – faziam pronunciamentos criticando as arbitrariedades da ditadura (entre eles estava Carlos Lacerda, que, talvez arrependido por ter apoiado o golpe de 1964, procurou organizar uma “frente ampla” de oposição política);
- **padres denominados “progressistas”** – denunciavam, por exemplo a fome do povo e a tortura praticada por órgãos de segurança contra os adversários da ditadura.

No Rio de Janeiro, em 1968, mais de 100 mil pessoas saíram às ruas em passeata, protestando contra o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, pela polícia durante uma manifestação.

Campanella Neto/Agência JB



A Passeata dos Cem Mil (26/6/1968) reuniu artistas e intelectuais aos estudantes que se manifestavam contra a repressão. Entre eles, Caetano Veloso e Gilberto Gil. Foi a maior manifestação pública de protesto contra o regime militar. Alguns meses depois ocorreria a dura reação do governo: a outorga do AI-5.

O autor apresenta cronologicamente, e de forma bastante resumida, o Governo de Costa e Silva, colocando-o como um momento de intensidade e aumento da pressão dos militares dentro do governo, mas, não discute as resistências e oposições que ocorreram nesse contexto, embora cite as atividades de protesto como consequência dessa realidade. A medida que não os problematiza e nem mostra a grandeza desses movimentos, o livro didático em questão, não estimula a percepção crítica do aluno.



## Luta armada

Com o fechamento político, alguns grupos opositores não viram outra saída senão se lançar na de guerrilha, como assaltos a bancos, em busca de dinheiro para financiar a luta política, e sequestros de diplomatas estrangeiros, para trocá-los por companheiros presos e torturados nos porões dos órgãos de segurança.

Dois líderes guerrilheiros desse período, o ex-deputado comunista Carlos Marighella (da Aliança Libertadora Nacional — ALN) e o ex-capitão Carlos Lamarca (da Vanguarda Popular Revolucionária — VPR), foram mortos, e seus grupos, dominados pelos órgãos da repressão militar. Além deles, milhares de pessoas acusadas de subversão foram torturadas para que confessassem o que os agentes da repressão queriam saber, e centenas delas foram mortas em todo o país.

## Tortura: nunca mais

Leia, a seguir, um trecho do livro *Brasil: nunca mais*, em que o autor denunciou os crimes praticados por integrantes dos órgãos de segurança a serviço dos governos militares.

*Diz o artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pelo Brasil, que "ninguém será submetido a tortura ou castigo cruel, desumano ou degradante".*

*Em 20 anos de regime militar, esse princípio foi ignorado pelas autoridades brasileiras. A pesquisa do projeto "Brasil: nunca mais" (1964-1979) mostrou quase uma centena de modos diferentes de tortura mediante agressão física, pressão psicológica e utilização dos mais variados instrumentos, aplicados aos presos políticos brasileiros. Instrumentos de tortura como o "pau-de-arara", o choque elétrico, o "afogamento", a "geladeira", a "cadeira do dragão", o uso de produtos químicos etc.*

*Durante a ditadura militar, a tortura foi utilizada em pessoas de todas as idades, sexo ou situação física e psicológica. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos.*

*O emprego da tortura foi peça essencial da engrenagem repressiva posta em movimento pelo regime militar que se implantou em 1964.<sup>4</sup>*

## Propaganda do governo

Para divulgar seus projetos para o país, o governo militar passou a se utilizar, em grande medida, da televisão, que nesses anos ampliava consideravelmente sua importância como veículo de comunicação social. As facilidades de crédito pessoal permitiram a expansão do número de residências que possuíam televisão: em 1960, apenas 9,5% das residências urbanas tinham televisão; em 1970, a porcentagem chegava a 40%. Por essa época, beneficiada pelo apoio do governo, de quem se transformou em porta-voz, a TV Globo expandiu-se até se tornar rede nacional e alcançar praticamente o controle do setor. A propaganda governamental passou a ter um canal de expressão como nunca existira na história do país.<sup>5</sup>

## "Milagre brasileiro"

O governo Médici foi marcado ainda por um período de desenvolvimento econômico que a propaganda oficial chamou de "milagre brasileiro", destacado por grandes projetos de integração nacional — como a rodovia Transamazônica — e de crescimento da economia.

Comandada pelo ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, desde o governo Costa e Silva, a economia passou a crescer a altas taxas anuais, tendo como base o aumento da produção industrial — com destaque para a indústria automobilística —, o crescimento na geração de energia elétrica, o crescimento das exportações (bens manufaturados, veículos etc.) e a acentuada utilização de capitais estrangeiros, na forma de investimentos diretos e empréstimos.

A contrapartida desse crescimento foi a adoção, pelo governo, de uma rígida política de arrocho salarial, diante da qual os trabalhadores e os sindicatos não podiam reagir, devido à repressão política. A concentração de renda no país se intensificou. O próprio presidente Médici teria admitido o lado desfavorável do "milagre brasileiro" ao afirmar: "A economia vai bem, mas o povo vai mal".

*O Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiram negando-se (...). Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro.<sup>6</sup> Investição em a economia brasileira;*

## Glossário

**Subversão:** insubordinação às leis ou às autoridades constituídas.

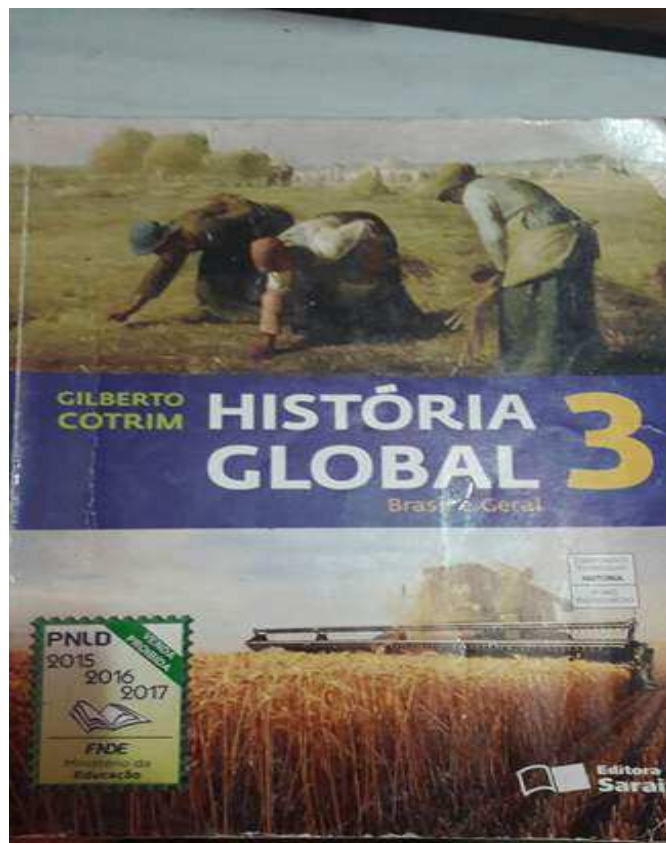
<sup>4</sup> ARNS, Dom Paulo Evaristo. Prefácio. In: *Brasil: nunca mais: um relato para a história*. Petrópolis, Vozes, 1985. p. 34-35.

<sup>5</sup> FAUSTO, Boris. op. cit. p. 484.

<sup>6</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo, Cia. das Letras, 2002. p. 13.

O autor destaca de forma sintética o governo de Médici, conhecido como os anos de chumbo. Nessa direção ele discute a luta armada e as atividades ditas subversivas, cita o emprego da tortura como “peça essencial da engrenagem repressiva”, mas logo em seguida, muda bruscamente de assunto para privilegiar a discussão acerca da propaganda do governo e do “milagre brasileiro”.

Já na edição de 2013, Cotrim mantém o mesmo esquema cronológico dos livros anteriores. Discute a ditadura a partir de cada governo militar, dos movimentos de oposição ao regime e, sempre que os cita, faz um panorama de como estava às articulações de esquerda.



Assim como nas demais obras, Cotrim cita, mas não analisa com profundidade, fatos que demonstram a grandeza da esquerda e os abusos da ditadura, a saber: os movimentos de 1968, a morte de Edson Luís e a Passeata dos Cem mil, a atuação de Carlos Marighella da ALN (Aliança Libertadora Nacional), e de Carlos Lamarca da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), e as guerrilhas. Além de citar as produções artísticas que se destacaram na contraposição a ditadura.



## Bipartidarismo

No mês seguinte à decretação do AI-2 e extinção dos partidos políticos, o governo determinou como seria a nova organização partidária: haveria apenas dois partidos, um representando o governo e outro, a oposição. Era a instalação do bipartidarismo no país. Formaram-se, então:

- a **Aliança Renovadora Nacional (Arena)** – partido que congregou os políticos que apoiavam o governo;
- o **Movimento Democrático Brasileiro (MDB)** – partido que reuniu os políticos que se opunham ao governo (dentro de limites considerados “aceitáveis” pelos militares).

## COMPREENDENDO

1. Explique a proposta econômica do governo Castelo Branco e a situação dos trabalhadores.
2. Cite as medidas adotadas no governo Castelo Branco que restringiram as instituições democráticas.
3. Identifique a principal característica da Constituição de 1967.
4. Explique em que contexto surgiu o bipartidarismo e como este se caracterizou.

## GOVERNO COSTA E SILVA O RECRUESCIMENTO DA DITADURA

Ao final do governo Castelo Branco, o alto comando militar escolheu como novo presidente o marechal Artur da Costa e Silva, ministro da Guerra de Castelo Branco. Essa escolha foi referendada em 3 de outubro de 1966 pelos políticos da Arena, que eram maioria no Congresso Nacional. Para registrar seu protesto, os integrantes do MDB retiraram-se do local de votação. Costa e Silva assumiu a presidência em 15 de março de 1967.

### MOVIMENTOS DE PROTESTO

Durante o governo Costa e Silva, apesar da violenta repressão policial, aumentaram no país as manifestações públicas contrárias à ditadura militar. As manifestações reuniam diversos grupos sociais:

- **estudantes** – saíam às ruas em passeata;

- **operários** – organizavam greves contra o arrocho salarial;
- **políticos de oposição** – faziam pronunciamentos criticando as arbitrariedades da ditadura. Entre eles estava, por exemplo, Carlos Lacerda, que, talvez arrependido por ter apoiado o golpe de 1964, procurou organizar uma “frente ampla” de oposição política;
- **padres denominados “progressistas”** – denunciavam, por exemplo, a fome do povo e a tortura praticada por órgãos de segurança contra os adversários da ditadura.

No Rio de Janeiro, em 1968, mais de 100 mil pessoas saíram às ruas em passeata, protestando contra o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, pela polícia durante uma manifestação.



A Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho de 1968, reuniu artistas e intelectuais aos estudantes que se manifestavam contra a repressão. Entre eles, Caetano Veloso e Gilberto Gil. Foi a maior manifestação pública de protesto contra o regime militar. Alguns meses depois ocorreria a dura reação do governo: a outorga do AI-5.

Com isso ele matem os mesmo textos da obra anterior, cita os movimentos sociais em poucas linhas não mostrando a grandeza desses acontecimentos e as correlações de forças que se estabeleceram.

Assim sendo, a forma como ele analisa tais fatos, não destaca a riqueza desses movimentos, ao contrário, deixa nas entrelinhas que esses movimentos só conturbavam o Brasil e não traziam resultados efetivos. Ele faz todas essas análises de forma bem reduzida, não entrando em detalhes de como aconteceu tais movimentos, suas causas e objetivos, a importância e a grandeza de cada movimento organizado pelos que eram contra os militares no poder. A “Passeata dos Cem Mil”, por exemplo, é mostrada como forma de organização da sociedade civil, mas, não é explorada como deveria, ficando, mais uma vez a critério do professor, desenvolver um debate problematizador da questão. Quando trata dos chamados anos de chumbo, por exemplo, descreve o auge da repressão contra os opositores do regime da seguinte forma:



## GOVERNO MÉDICI OS "ANOS DE CHUMBO" DO REGIME MILITAR

Reconhecendo a impossibilidade de Costa e Silva reassumir a presidência, o alto comando militar indicou como seu sucessor o general Emilio Garrastazu Médici. Seu nome foi referendado pelos parlamentares da Arena no Congresso, e o novo presidente assumiu o cargo em 30 de outubro de 1969.

Apoiado na legislação instituída no final do governo Costa e Silva, o governo Médici representou os chamados "anos de chumbo" da ditadura, sendo o período em que o poder ditatorial e a violência repressiva do governo contra as oposições chegaram ao seu auge.

Com a suspensão dos direitos fundamentais do cidadão, qualquer um que se pronunciasse contra o governo podia ser perseguido politicamente, demitido do emprego ou até mesmo preso.

O governo militar procurou esconder da população o combate violento que moveu contra grupos sociais, de diversas tendências políticas, que se opunham à ditadura: liberais, socialistas e comunistas. Com a censura aos meios de comunicação, grande parte da população não ficou sabendo o que acontecia nos porões dos órgãos de segurança pública e em outros locais para onde eram levados os presos políticos.

### ■ LUTA ARMADA

Com o fechamento político, alguns grupos opositores não viram outra saída senão se lançar na luta armada. Assim, promoveram diversas ações de guerrilha, como assaltos a bancos, em busca de dinheiro para financiar a luta política, e sequestros de diplomatas estrangeiros, para trocá-los por companheiros presos e torturados nos porões dos órgãos de segurança.

Dois líderes guerrilheiros desse período, o ex-deputado comunista Carlos Marighella (da Ação Libertadora Nacional — ALN) e o ex-capitão Carlos Lamarca (da Vanguarda Popular Revolucionária — VPR) foram mortos, e seus grupos, dominados pelos órgãos da repressão militar. Além deles, milhares de pessoas acusadas de **subversão** foram torturadas para que confessassem o que os agentes da repressão queriam saber, e centenas delas foram mortas em todo o país.

Subversão: insubordinação às leis ou às autoridades constituídas.

### DOCUMENTO TORTURA: NUNCA MAIS

Leia, a seguir, um trecho do livro *Brasil: nunca mais*, em que o autor denunciou os crimes praticados por integrantes dos órgãos de segurança a serviço dos governos militares.

Diz o artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pelo Brasil, que "ninguém será submetido a tortura ou castigo cruel, desumano ou degradante".

Em 20 anos de regime militar, esse princípio foi ignorado pelas autoridades brasileiras. A pesquisa do projeto "Brasil: nunca mais" (1964-1979) mostrou quase uma centena de modos diferentes de tortura mediante agressão física, pressão psicológica e utilização dos mais variados instrumentos, aplicados aos presos políticos brasileiros. Instrumentos de tortura como o "pau de arara", o choque elétrico, o "afogamento", a "geladeira", a "cadeira do dragão", o uso de produtos químicos etc.

Durante a ditadura militar, a tortura foi utilizada em pessoas de todas as idades, sexo ou situação física e psicológica. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos.

O emprego da tortura foi peça essencial da engrenagem repressiva posta em movimento pelo regime militar que se implantou em 1964.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. Prefácio. In: *Brasil: nunca mais: um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 34-35.

1. Retome os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, reproduzidos no capítulo 9. Elabore uma redação apresentando a forma como os governos militares brasileiros e suas ações interferiram nesses direitos, assinados pelo governo do Brasil.

Para complementar a análise o autor usa das medidas econômicas tomadas pelo governo militar, destacando sua impopularidade e a aceitação em meio a

sociedade. Nesse sentido, percebe-se que muitas vezes o sentir e agir dos sujeitos e de suas coletividades são desconsiderados, o que acaba, em grande medida, ofuscando as lutas de resistência e contraposição dos grupos envolvidos na luta contra a ditadura militar.

O que se percebe é que o livro História Global Brasil e Geral (2010) e a segunda edição (2013) não se diferenciam em quase nada (ou nada), o esquema cronológico, os textos e as imagens usados são os mesmos. Cotrim não faz novas reflexões sobre o assunto, e, mais uma vez, os mesmos conteúdos voltam para as salas de aulas.

Além disso, Cotrim centra suas análises na arbitrariedade do regime, mesmo sendo bem sintético. Ele cita as atividades de tortura e traz um trecho do livro “Brasil nunca mais”, como forma de repúdio ao que aconteceu no Brasil entre 1964 a 1985. Mas, com já afirmamos, de modo bem reduzido, não problematizando os fatos citados. Vejamos quando ele trata, consecutivamente, do apoio dos Estados Unidos à ditadura, nas duas edições (2010 e 2013):







### Início do governo

No segundo dia em que vigorava o AI-1, o Congresso Nacional foi reunido e, sob pressão, elegeu para a presidência da República o nome indicado pelo comando militar: o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que assumiu o governo em 15 de abril de 1964.

Seu mandato iria até 31 de janeiro de 1966, mesmo prazo de vigência do AI-1. No entanto, três meses após sua posse, foi prorrogado até 15 de março de 1967, sob a alegação de que o prazo de vigência do AI-1 era insuficiente para implementar todas as medidas de reestruturação política e econômica projetadas.

### ■ APOIO DOS ESTADOS UNIDOS

O governo de Castelo Branco foi imediatamente reconhecido pelas autoridades governamentais dos Estados Unidos e contou com o apoio de grandes empresários brasileiros e diretores de empresas multinacionais.

Um motivo importante desse apoio foi a adoção, pelos militares, de um conjunto de princípios conhecidos como Doutrina de Segurança Nacional — inspirada, em grande parte, por militares e agentes dos EUA e desenvolvida pela Escola Superior de Guerra. De acordo com essa doutrina, o governo brasileiro assumia o compromisso de combater as ideias socialistas ou comunistas.

Com base nesse compromisso, promoveu-se forte repressão policial contra várias entidades sociais: diversos sindicatos foram fechados e a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi invadida e também fechada. Em 60 dias de governo militar, mais de 300 pessoas tiveram seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos — entre elas, três ex-presidentes da República: Juscelino, Jânio e João Goulart. No plano externo, em maio de 1964, as relações diplomáticas com Cuba — único país latino-americano que adotava um regime socialista — foram rompidas.

Outra medida que agradou principalmente autoridades e empresários dos Estados Unidos foi a extinção da Lei de Remessa de Lucros (sancionada por Goulart em janeiro de 1964), permitindo que as multinacionais voltassem a enviar a suas matrizes no exterior grandes somas de dinheiro, resultado dos lucros obtidos no Brasil.

### Medidas econômicas impopulares

A política econômica era dirigida por Roberto Campos, ministro do Planejamento, e Otávio

Gouveia de Bulhões, ministro da Fazenda, que elaboraram o Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg). Uma das principais propostas desse programa era o combate à inflação mediante favorecimento do capital estrangeiro, restrições ao crédito e redução dos salários.

Durante esse período, os trabalhadores ainda perderam o direito de estabilidade no emprego e foram reprimidos em suas tentativas de protestos. Muitos sindicatos, como vimos, sofreram intervenção. As medidas econômicas realizadas tornaram o governo impopular, provocando a reação até mesmo de antigos aliados do golpe militar, como Carlos Lacerda. Este teria dito que o ministro Roberto Campos, da área econômica, era um *homem imparcial, porque estava matando imparcialmente os pobres e os ricos.*

### ■ ESCALADA AUTORITÁRIA

Esse descontentamento refletiu-se nas eleições para os governos estaduais de 1965, nas quais as oposições ao regime militar conseguiram vitórias significativas. Então, numa escalada autoritária, para combater a oposição, o governo federal decidiu editar novas normas antidemocráticas:

- **Ato Institucional nº 2** — de outubro de 1965, conferia mais poderes ao presidente para cassar mandatos e direitos políticos. Além disso, estabelecia a eleição indireta (pelo Congresso) para presidente e extinguiu todos os partidos políticos existentes.
- **Ato Institucional nº 3** — de fevereiro de 1966, estabelecia o fim das eleições diretas para governadores e prefeitos das capitais. A partir de então, os governadores seriam indicados pelo presidente da República e submetidos à aprovação das Assembleias Legislativas. Os prefeitos seriam indicados pelos governadores.
- **Ato Institucional nº 4** — de dezembro de 1966, dava ao governo poderes para elaborar uma nova Constituição, com o objetivo de incorporar a legislação criada pelo regime militar. Em 24 de janeiro, foi promulgada a Constituição de 1967, que teve como uma de suas características o fortalecimento do poder do presidente da República e o enfraquecimento institucional do Legislativo e do Judiciário.
- **Lei de Segurança Nacional** — de março de 1967, que na prática se tornou o instrumento jurídico destinado a enquadrar como inimigos da pátria aqueles que, muitas vezes em nome dela, se opunham às diretrizes do governo.

Percebe-se que o autor discute a arquitetura e as organizações internas da ditadura, no que se refere aos partidos existentes que ele chama de escalada autoritária e engloba os Atos Institucionais, destacando os escalões e o apoio que o



governo militar brasileiro recebeu dos Estados Unidos, repetindo o texto nas duas edições. Ou seja, a oportunidade de ampliar a discussão, mudar a metodologia etc. é perdida e o que ele faz é apenas uma cópia da versão anterior sem revisão ou ampliação.

Assim sendo, observando as questões colocadas acima, percebemos que, nos três volumes distintos, Cotrim mantêm uma análise da ditadura militar focada nas esferas da sociedade e da economia, estabelecendo a perpetuação de uma memória política do regime, dando uma relevância notória ao aspecto político no que se refere à ascensão e à saída dos militares do poder. Desse modo, ele dá muita atenção aos reflexos da ditadura na sociedade em termos de trabalho e economia e pensa as relações de poder que se estabeleceram neste período a partir da atuação do Estado. Destaca o desejo de crescimento econômico e a imposição de ordem, para este fim.

Nessas obras onde ele reproduz os mesmos textos, fatos e acontecimentos, não aparecem novos olhares e, conseqüentemente se inviabiliza a geração de novos saberes. Ou seja, nos escritos de Cotrim há uma intenção de perpetuação da memória institucional elaborada sobre a ditadura militar, uma vez que está ausente uma análise crítica de fatores como a participação civil em contraposição aos militares, no que se refere à construção da ditadura no Brasil.

Desconsidera que fatores econômicos, políticos e sociais foram usados e a partir desse tripé os militares fizeram eclodir símbolos e ideologias que legitimavam o governo. Além disso, é preciso destacar que Cotrim não referencia o apoio das classes médias e das forças armadas ao golpe, corroborando com a ideia de que "se a preparação do golpe foi de fato, "civil militar, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis". (FICO, 2014, p.5).

Partindo desta compreensão, percebemos que Cotrim toca no assunto sobre a tortura apenas de forma superficial. Considerando que as torturas, as censuras e privações eram encobertas e disfarçadas por marchinhas e sambas, ideologias e perspectivas de progressos, milagres e vitórias como já foi dito, que buscavam conformar os brasileiros a perceber como benéfico aquele governo das limitações e do atraso, ele poderia ter realizado uma análise mais crítica sobre esse fato, que apontasse para possibilidades de debates e reflexões em sala de aula.

Se esta obra didática é muito usada nas escolas, já que se apresenta sob diversas edições, pensamos que deveria ser reelaborada de acordo com as novas produções historiográficas sobre o período ditatorial, para que não se consolide uma memória única sobre esse momento histórico. Mas, esse fato remete às relações de poder, ao contexto editorial e a industrial cultural em que o livro didático de história está inserido, e que já discutimos nos capítulos anteriores.

Como dito anteriormente, essa perpetuação de uma memória que interessa aos dominantes nos escritos de Cotrim, em suas várias edições, se mantem nas escolas por um período muito longo, faz com que se criem “verdades” sobre este período da História do Brasil, pois, vai instituindo no saber escolar uma cristalização de determinados fatos, que passam a serem vistos por alunos e, principalmente, por professores, como algo imutável, impossibilitando novos olhares e análises ou espaço para se discutir outras possibilidades de leitura da ditadura. Neste sentido, os livros de Cotrim, abrem espaço para reflexões críticas apenas de modo indireto, a depender da atuação e da metodologia do professor.

Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, em *História das Cavernas ao terceiro milênio* (2010), fazem uma análise linear sobre a ditadura, destinando o capítulo 10 para a análise da ditadura militar no Brasil. Elas se utilizam de linguagens diversas para a apresentação do conteúdo histórico, usando imagens e trechos literários para isso.

Pouquíssimos são os livros didáticos, e seus respectivos autores, que são inspirados pela Nova História. A produção historiográfica dessas autoras é um exemplo. Marcada pelas influências dessa vertente de estudos, direciona as interpretações e produções sobre a ditadura militar para o indivíduo e seu papel do seu contexto de vivência, sua atuação no cotidiano, sua trajetória de vivência. Assim, se privilegiou as análises sobre as mentalidades e emoções que norteia a ditadura no Brasil.



Como forma de abertura do capítulo, é usado um trecho de um livro de literatura, denominado Feliz ano velho de Marcelo Rubens Paiva, como também uma imagem de “estudantes sendo presas em Ibiúna, durante o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), chegando ao Presídio Tiradentes, São Paulo, em outubro de 1968”.

## A ditadura militar no Brasil

### Lembranças da ditadura militar

“Meu pai me ensinou a andar a cavalo. Meu pai me ensinou a nadar. [...] Me ensinou a guiar avião [...]. Mas meu pai não pôde me ensinar mais. No dia 20 de janeiro de 1971 era feriado no Rio, por isso dormi até mais tarde. De manhã, quando todos se preparavam pra ir à praia (e eu dormindo), a casa foi invadida por seis militares à paisana, armados com metralhadoras. Enquanto minhas irmãs e as empregadas estavam sob mira, um deles, que parecia ser o chefe, deu uma ordem de prisão: meu pai deveria comparecer na Aeronáutica para prestar depoimento. Ordem escrita? Nenhuma. Motivo? Só Deus sabe. [...]

Minha mãe me acorda no dia seguinte e se despede de mim. Ela também tinha que ir, junto com a Eliana (minha irmã de 15 anos). [...] Duas semanas depois, toca o telefone. Minha mãe estava solta. Alívio. Meu pai ainda não. [...] Ela tinha estado no quartel da Barão de Mesquita, Polícia do

Exército, 13 dias numa cela individual. Foi interrogada várias vezes, sempre com as mesmas perguntas: ideias políticas do meu pai e quem frequentava a nossa casa. [...] Finalmente, no dia 24 de fevereiro, sai no *Diário Oficial* da União o que até hoje é a versão do Exército: ‘Segundo informações de que dispõe este comando, o citado paciente, quando era conduzido para ser inquirido sobre fatos que denunciavam atividade subversiva, teve seu veículo interceptado por elementos desconhecidos, possivelmente terroristas, empreendendo fuga para local ignorado...’

Em outras palavras, ele tinha fugido. Foi a versão mais idiota que já inventaram, mas

o que fazer? [...] Continuamos morando no Rio e começaram a chegar as informações mais terríveis: ele tinha sido torturado e morrerá.

‘Mas como? Não existe tortura no Brasil.’ Doce ilusão, estava-se torturando gente como nunca e havia-se criado uma tática mais eficiente: mata-se o inimigo, depois some-se com o corpo.”

PAIVA, Marcelo Rubens. *Feliz ano velho*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. p. 74-78.



Estudantes presas em Ibiúna, durante o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), chegando ao Presídio Tiradentes, São Paulo, outubro de 1968.

O livro *Feliz Ano Velho*, é baseado em memórias reais que mostram como a ditadura militar atingia a sociedade carioca e como era visto os horrores da ditadura pela sociedade.

A repressão é lembrada de forma diferente pelos militares, pelas vítimas e pela família das vítimas. Sobre a ditadura militar se percebe uma disputa de memórias entre os vencidos e os vencedores, destacando a diferença de atuação e de sentidos entre eles.

A partir desse trecho e dessa imagem é que as autoras passam a discutir as atividades de repressão, torturas e as técnicas de desaparecimento realizadas pelos militares e buscam fazer uma renovação da memória acerca da ditadura militar, ao problematizarem a organização da ditadura e sua busca em fazer um governo do medo.



### ▷ O Ato Institucional nº 5 (AI-5)

O governo encaminhou ao Congresso Nacional um pedido de autorização para processar Márcio Moreira Alves, suspendendo sua imunidade parlamentar. Antes disso, alterou a composição da Comissão de Justiça, garantindo a maioria da Arena. A estratégia surtiu efeito: a Comissão deu licença para punir o parlamentar. Contudo, no plenário, os deputados rejeitaram a sentença por 216 votos contra 141. Temendo a reação do governo, Márcio Moreira Alves decidiu exilar-se.

A resposta do governo veio numa sexta-feira, 13 de dezembro de 1968. Nesse dia foi publicada uma das maiores arbitrariedades do período ditatorial: o **Ato Institucional nº 5**.

O novo ato delegou ao presidente poderes para fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais, cassar mandatos, suspender direitos políticos por 10 anos, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários públicos e juizes, decretar estado de sítio e confiscar bens como punição por corrupção. O governo também passou a ter o poder de suspender o direito de *habeas corpus* em caso de crimes contra a Segurança Nacional. Foi a partir desse momento que se estabeleceu uma censura mais rigorosa aos meios de comunicação.

Mas o presidente não teve tempo suficiente para avaliar os efeitos do AI-5. Em agosto de 1969, Costa e Silva foi afastado do cargo por motivos de saúde. A Junta Militar que assumiu o governo durante a doença do presidente permaneceu no mandato até a realização de novas eleições. O vice-presidente, o civil Pedro Aleixo, também foi afastado, entre outras razões, por ter sido o único integrante da equipe de Costa e Silva que se negou a assinar o AI-5.

O decreto do AI-5, a influência exercida pelo exemplo da Revolução Cubana e de outras ações que se espalhavam pela América Latina e a crise dos partidos e movimentos de esquerda contribuíram para incentivar setores da esquerda brasileira a se lançar em ações guerrilheiras pela derrubada do regime.

Nesse processo, a esquerda acabou dividindo-se: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), pró-soviético, desenvolveu uma resistência no interior do MDB e dos sindicatos; o Partido Comunista do Brasil (PC do B), alinhado com o pensamento do líder chinês Mao Tsé-tung, iniciou uma campanha de guerrilhas rurais, com escasso apoio camponês. Outros grupos, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), comandada por Carlos Marighella, a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada pelo capitão Carlos Lamarca, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), do qual Lamarca também faria parte, e a Ação Popular, de



Pouco antes do início da Passeata dos Cem Mil, estudantes, intelectuais e manifestantes de outros setores da sociedade reuniram-se diante do edifício da Assembleia Legislativa, no Rio de Janeiro, em 26 de junho de 1968.

orientação católica, desenvolveram a guerrilha urbana. Essas organizações agiram entre 1968 e 1974.

A Junta Militar respondeu com mais dois atos institucionais: um dava ao governo o direito de expulsar do país quem fosse considerado subversivo e outro introduzia a pena de morte para a punição de indivíduos envolvidos em casos de “guerra revolucionária”. Mas na prática ela nunca seria aplicada formalmente.

Para aprimorar a eficiência da repressão e do controle da “ordem”, foram criadas organizações como a Operação Bandeirante (Oban) e os DOI-Codi (Destacamentos de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna). Alguns desses órgãos eram financiados por empresários. Esse aparelho repressivo foi responsável pelo desaparecimento, pela morte e tortura de centenas de cidadãos brasileiros.

Em outubro de 1969, o estado de saúde do presidente Costa e Silva chegara a um quadro de gravidade praticamente irreversível. Diante disso, a Junta Militar declarou vagos os cargos de presidente e vice-presidente. Novas eleições foram realizadas em 25 de outubro, pelo Congresso Nacional.

Para assumir a presidência da República, o nome do general Albuquerque Lima era o mais cotado entre a jovem oficialidade do Exército. A proximidade do candidato com políticos do MDB e com empresários civis, porém, motivou seu afastamento pela cúpula dos militares, sob a justificativa de que o presidente deveria ser um oficial graduado com quatro estrelas – ele só possuía três. O alto comando do Exército preferiu o general Emílio Garrastazu Médici.

É dedicado uma página inteira para apresentar o Ato Institucional nº 5, um dos mais conhecidos e discutidos em função da amplitude desse ato, que

sistematizou ainda mais as atividades repressivas do sistema. As autoras vão apresentar as principais medidas e consequências desse ato.

Ao longo do capítulo, citam as articulações da esquerda e da direita, usando imagens para auxiliar na descrição. Além disso, elas investem na demonstração das organizações tanto oficiais como clandestinas que fizeram oposição ao regime, a saber: PC do B (Partido Comunista do Brasil), ALN (Aliança Nacional Libertadora), Var-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), AP (Ação Popular).

O modo como as autoras citam essas organizações, abre espaço para que o professor possa discutir as mesmas de modo reflexivo com os alunos, pois, a exposição é feita colocando o contraponto entre as ações da direita e as da esquerda, considerando as fragilidades e embates que se instituíram a partir das correlações de forças estabelecidas, e não apenas citando como o fez Cotrim. Fazendo com que eles possam entender de modo mais aprofundado a importância da compreensão da organização da sociedade civil para a derrubada da ditadura.

As autoras ainda contemplam, em suas análises sobre a ditadura, indicações de livros e filmes e integram aos textos didáticos boxes e textos complementares, os quais, geralmente, vem com uma cor diferente nas páginas didáticas, para destacar. Fazendo com que esse material didático seja mais rico na abordagem dos conteúdos.

A tortura, por exemplo, é discutida a partir do Governo do general Médici. São usados textos, que trazem uma cor diferente, em relação à página do livro didático, que tratam de casos de tortura, um olhar sobre casos desse gênero. Embora, não traga as vozes das vítimas, mas apresentam um olhar que instiga o debate.



## A luta armada

"Sucediam-se edições extraordinárias nos noticiários de rádio, TV e jornal: o embaixador dos Estados Unidos havia sido sequestrado. Até então, as ações armadas das organizações de esquerda limitavam-se a alguns assaltos a bancos e lojas de armas, atentados a instalações militares e o justicamento de um empresário que colaborava com a repressão e a tortura. Nunca houvera no Brasil uma operação de tamanha ousadia, atingindo um representante da diplomacia norte-americana, exigindo dos militares a divulgação de um manifesto revolucionário e a libertação de presos políticos. [...]"

Os jornais do dia 5 de setembro traziam detalhes da captura de Charles Elbrick na rua Marques, no Humaitá, ocorrida na véspera. Seu carro fora abandonado na rua Euclides Figueiredo, encosta do Corcovado, com um manifesto revolucionário no banco traseiro. O texto já havia sido lido em rede de televisão no início da madrugada, sinal de que os militares aceitavam negociar. Publicado na íntegra nos jornais daquela sexta-feira, sua leitura me enchia de entusiasmo. O rapto era apresentado como 'mais um ato na guerra revolucionária que avança a cada dia e que ainda este ano iniciará sua etapa de guerrilha rural'. Duas organizações assumiam a operação: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outu-

*Presos políticos trocados pelo embaixador norte-americano Charles Elbrick embarcam para o exílio no México, setembro de 1969.*

bro (MR-8). [...] Após a divulgação do manifesto, os sequestradores anunciaram os nomes dos 15 presos políticos que deveriam ser libertados. Praticamente todas as tendências de esquerda estavam representadas. [...] Em janeiro de 1970, ano em que mais três sequestros resultaram na libertação de outros 115 presos políticos, a repressão atingiu um novo patamar de organização e planejamento, com a criação dos Destacamentos de Operações de Informações e do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi). Através dos DOIs, o Exército assumiu o comando das forças repressivas. As organizações político-militares eram o alvo prioritário, mas todo o arco da esquerda acabou sendo atingido por prisões e assassinatos, nas ruas e nas salas de tortura."

DA-RIN, Silvio. *Hércules 56: o sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p. 11-20.



ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, SÃO PAULO

## ► A máquina da repressão e da tortura

### ► O governo Médici (1969-1974)

No início da década de 1970, o Brasil viveu o período mais duro e violento da ditadura militar. A censura estava institucionalizada, e a tortura e os assassinatos tornaram-se práticas comuns nos presídios. Os guerrilheiros, na maioria jovens, foram desmobilizados após o assassinato de Carlos Marighella e Carlos Lamarca. O único movimento de guerrilha que sobreviveu foi o do Araguaia, região localizada entre os estados de Goiás, Maranhão e Pará. Nesse local, um grupo do PC do B conseguiu resistir por mais de três anos às investidas das Forças Armadas. A Guerrilha do Araguaia foi finalmente derrotada em 1975.

## Torturas

"Em carta com data de 1969, o engenheiro Diógenes Arruda Câmara, de 55 anos, preso em São Paulo naquele mesmo ano, relata [...]: Este era o meu estado físico: não podia me levantar, nem podia andar; hematoma generalizado dos ombros e costas até os dedos dos pés, inclusive os braços e as mãos, que ficaram quase pretas, saindo uma espécie de salmoura debaixo das unhas e das linhas de cada mão; os ouvidos inflamados; uma costela do lado esquerdo fraturada; o rim direito afetado; a perna direita com vários ligamentos da coxa rompidos, inclusive o joelho com o menisco fraturado, o que me deixou semiparalítico por mais de dois meses [...]"

Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: nunca mais*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 227.



crédito ao consumidor e a intensa propaganda de produtos e serviços pela televisão contribuíram para o aquecimento do mercado interno. Isso beneficiou principalmente a classe média, expandindo a oportunidade de consumo para esse setor.

A economia, entretanto, não conseguiu manter as suas taxas de crescimento, desacelerando a partir de 1974. A isso se somavam as altas do preço do barril de petróleo, a partir de 1973, e o conseqüente aumento dos juros internacionais, que acabaram por inviabilizar o projeto de crescimento econômico continuado. A insatisfação social não demorou em se expressar.

### O movimento negro durante a ditadura

"O Serviço Nacional de Informações (SNI) [...] produziu inúmeros relatórios sobre assuntos julgados pertinentes à Segurança Nacional durante o regime militar. Num deles, de 14 de julho de 1978, podemos encontrar um relato sobre a manifestação, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, daquilo que se tornaria mais adiante o Movimento Negro Unificado (MNU), uma das entidades do movimento negro surgidas no Brasil na década de 1970.

Realizou-se em São Paulo, no dia 7 julho de 1978, na área fronteira ao Teatro Municipal, junto ao Viaduto do Chá, uma concentração organizada pelo autodenominado 'Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial', integrado por vários grupos, cujos objetivos principais anunciados são: denunciar, permanentemente, todo tipo de racismo e organizar a comunidade negra. Embora não seja, ainda, um 'movimento de massa', os dados disponíveis caracterizam a existência de uma campanha para estimular antagonismos raciais no País e que, paralelamente, revela tendências ideológicas de esquerda. [...]

Desde o início da década de 1970, é possível registrar a formação de entidades que, como diz o relatório do SNI, buscavam denunciar o racismo e organizar a comunidade negra. Por exemplo, o Grupo Palmares, criado em Porto Alegre em 1971; o Centro de Estudos e Arte Negra (Cecan), aberto em São Paulo em 1972; a Sociedade de Inter-

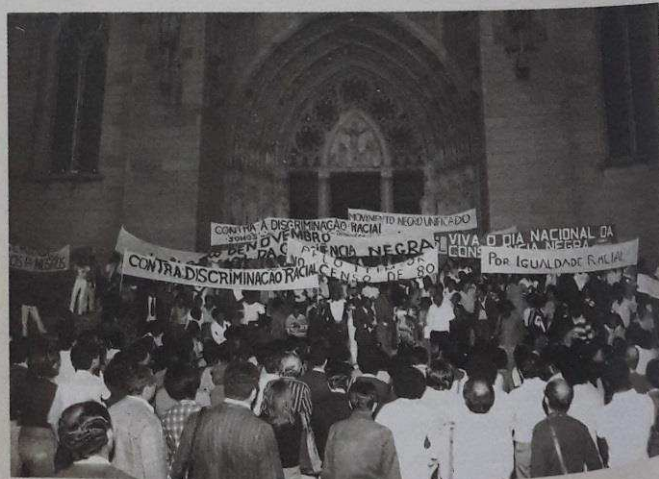
### ▷ O governo Ernesto Geisel (1974-1979)

Chefe do Gabinete Militar no governo Castelo Branco, presidente da Petrobras no governo Costa e Silva e ministro do Superior Tribunal Militar no governo Médici, Ernesto Geisel foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral (instituição composta por membros do Congresso e delegados das Assembleias Legislativas estaduais). A vitória de Geisel não agradou à "linha dura" – mas isso não quer dizer que o novo presidente fosse favorável à plena liberalização do regime.

câmbio Brasil-África (Sinba), inaugurada no Rio de Janeiro em 1974; e o Bloco Afro Ilê Aiyê, fundado em Salvador também em 1974. Militantes de algumas dessas e de outras entidades articularam-se em 1978 para a realização do ato público ao qual o documento do SNI se refere. [...]

A essa estratégia de mobilização somavam-se várias outras, como a adoção do penteado afro, a produção de audiovisuais, jornais e panfletos, a difusão de informações em feiras e locais públicos, a montagem de peças de teatro e a organização de grupos de dança e de blocos afro. Encontros estaduais e regionais estimulavam o crescimento do movimento negro."

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. Pesquisando o movimento negro no Brasil. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 36, set. 2008.



Participantes da marcha do Movimento Negro Unificado, em São Paulo, novembro de 1979.



## ▶ Seguindo a canção...

Poucas décadas foram tão criativas – e ao mesmo tempo tão marcadas pela repressão – como a década de 1960. Em todo o planeta, os jovens protestaram contra um mundo burocratizado e materialista.

Valendo-se das mais diferentes formas de manifestação, parte da juventude procurou criar novos meios de expressão.

Dentre essas manifestações, a música é uma das que mais merecem destaque, em especial o *rock'n'roll* dos Beatles, dos Rolling Stones, do Pink Floyd e de todas as demais personalidades do *underground*. Letras aparentemente ingênuas dos anos 1950 cederam o lugar a poesias mais complexas e elaboradas. Assim, o *rock'n'roll* se impôs como um estilo que veio para ficar. Os acordes primários e repetitivos e as letras com temática pouco variada foram sucedidos pelos poemas de temática existencialista.

No Brasil, o cenário musical seguiu as influências europeias e americanas. Ocupando o espaço deixado pelo futebol em 1965, quando os clubes vetaram a transmissão dos jogos pela televisão, deixando grande quantidade de televisores desligados nas tardes de domingo, a TV Record lançou o programa *Jovem Guarda*. Tinha o comando de Roberto Carlos e reunia um "time" que colecionaria sucessos por vários anos: Erasmo Carlos, Wanderléa, Sérgio Reis, Martinha, os Vips, Jerry Adriani, Golden Boys e muitos outros.



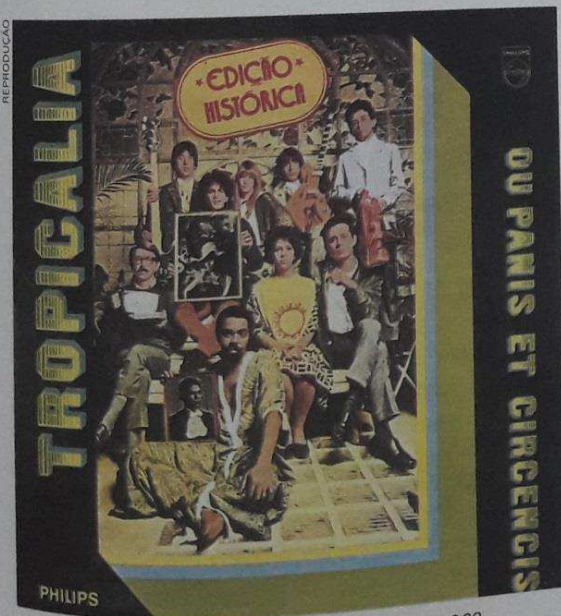
Apresentação do programa televisivo *Jovem Guarda*, em São Paulo, em 19 de janeiro de 1968. O programa projetou artistas como Roberto Carlos e Wanderléa, que seguiam os rastros dos movimentos culturais contestadores da década de 1960. *o autor não dá destaque o projeto que seguiu os rastros dos movimentos culturais a fazer falar do contestadores da década de 1960. militares - mais de 100 mil músicos como forma de protesto contra o ditador.*

Assim como a "beatlemania", a *Jovem Guarda* se tornou uma febre para a juventude brasileira. A grande maioria das músicas eram versões de sucessos do *rock'n'roll*, como o *Calhambeque* e *Splish Splash*, de Roberto Carlos, ou versões dos Beatles, como *Menina linda* (*I should have know better*), de Renato e Seus Blue Caps. Embora fiéis às regras criadas pelos pioneiros do *rock* nos anos 1950, essas criações serviram como base para o surgimento de uma música mais tropical e diferenciada.

A música brasileira dos anos 1960 não viveu apenas da *Jovem Guarda*. Os festivais da TV Record também empolgaram as plateias e abriram espaço para artistas como Chico Buarque de Hollanda, Elis Regina, Gilberto Gil, Jair Rodrigues, Geraldo Vandré e muitos outros.

Outro espaço valioso para a música brasileira foi o programa *O Fino da Bossa*, apresentado na TV Record por Elis Regina e Jair Rodrigues, mostrando o melhor do samba e da bossa nova. Surgiu também o **Movimento Tropicalista**, com sua proposta de criar uma arte ampla, combinando elementos da cultura popular brasileira com aspectos da sociedade urbana e industrial e influências internacionais. Os principais representantes do tropicalismo foram Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Tom Zé e Os Mutantes (grupo do qual fazia parte Rita Lee).

Esse movimento expôs, sem preconceitos, todas as influências da MPB, de Luís Gonzaga a Vicente Celestino. O tropicalismo equivaliu ao movimento modernista de 1922, sendo inegável o caráter antropofágico da arte de Caetano Veloso, um dos maiores nomes do tropicalismo e um dos expoentes da MPB atual.



Capa do disco *Tropicália ou Panis et Circensis* de 1968, de Caetano Veloso e Gilberto Gil, que faz parte de um amplo movimento de renovação musical e artística que provocou uma verdadeira revolução na cultura e na moral brasileira no final de década de 1960.

Tem-se uma discussão sucinta acerca do governo de Geisel, com destaque é para a luta dos negros contra a ditadura. Este movimento é tratado como um movimento de um determinado grupo, que se coloca contra a ditadura.

Além disso, as autoras consideram aspectos culturais fazendo uma discussão sobre o papel das músicas enquanto mecanismo de luta e resistência contra a ditadura militar. Não se apresenta as letras das músicas, mas destaca o movimento da Jovem Guarda e o Tropicalismo.

Faz-se um panorama geral sobre a instalação dos militares no governo, discutindo o início e os simpatizantes do movimento. Utiliza uma imagem sobre a ocupação dos militares nas ruas no momento de ascensão do regime, etc.

Consideramos que o Livro Didático de BRAICK e MOTA é bem mais rico em enunciados que permeiam o processo da ditadura, possibilitando uma visão mais ampla e trazendo elementos diversos. O que não se observou nos demais livros analisados.

Diante do exposto, os livros didáticos analisados se diferenciam na sua forma de abordagem e também no conteúdo. Cada autor escolhe caminhos metodológicos diferentes para abordar o assunto e utilizam recursos e enunciados também diversos.

Como vimos anteriormente, alguns autores preferem usar imagens, principalmente de movimentos de contestação à ditadura e texto literário como BRAICK e MOTA ainda abordam, (músicas, filmes, recortes de revistas, etc.), abrindo possibilidades de abordagem diversas sobre o tema em questão e buscando dar destaque a estes movimentos.

Alves e Oliveira, também utilizam imagens desse período, mas, os seus textos são bem reduzidos, pois discutem todas as ditaduras militares da América Latina num mesmo capítulo. Já Cotrim não investe nessas duas possibilidades, pois prefere um texto mais denso e narrativo, com isso ele investe em questões para os alunos responderem baseados nos seus textos. Sendo que as imagens que ele utiliza são quase todas repetidas nas três edições e são narrativas, sem problematização, reforçando a ditadura como uma memória dos dominantes.

Geralmente, no início dos capítulos, todos os autores abordados trazem uma análise sobre o abril de 1964, quando se instala a ditadura militar no Brasil, mas é uma discussão factual, destacando o caráter temporal. ALVES e OLIVEIRA, por exemplo, começam assim:



## O golpe militar

Os movimentos e manifestações contra o governo de João Goulart no Brasil cresciam a cada dia. O alto escalão do Exército e vários governadores se insurgiram contra Jango e articularam o golpe que o derrubou em março de 1964. O discurso dos golpistas insistia na necessidade de união nacional, afirmando que o Brasil estava dividido e precisava ser unificado. No entanto, os militares que derrubaram João Goulart não partilhavam necessariamente das mesmas ideias. Nem todos pretendiam que o golpe instaurasse um regime militar no país.

Inicialmente, alguns setores das Forças Armadas repudiavam a ideia de abandonar os quartéis e suas funções específicas para ocupar o espaço da política. Eram os chamados "legalistas", que já haviam atuado contra tentativas golpistas em 1954 (crise do governo Vargas), 1955 (posse de JK) e 1961 (renúncia de Jânio Quadros e posse de Jango). Nos três momentos, os "legalistas" conseguiram desarticular os grupos golpistas.

Já os defensores do golpe podiam ser identificados em dois grandes grupos: o chamado "grupo da Sorbonne", composto por ideólogos que atuavam na Escola Superior de Guerra (ESG) e consideravam a possibilidade de ampliar o poder dos militares no Brasil sem a necessidade de comandar o governo; e a chamada "linha-dura", que reunia, sobretudo, os comandantes de tropa, pouco dispostos à teorização e ao debate político, mas muito influentes dentro dos quartéis.

Nos últimos meses do governo Goulart, os legalistas aderiram ao golpe, alegando, primeiro, quebra de hierarquia pelo presidente da república: em mais de uma ocasião, Jango demonstrou publicamente seu apoio a reivindicações de marinheiros e soldados, desrespeitando a rígida hierarquia militar. Contudo, o principal ponto que unificava os comandos militares e que os levou ao golpe foi o anticomunismo. Embora Jango não fosse adepto de uma ideologia de esquerda radical, sua política de aproximação com os movimentos sociais, no contexto da Guerra Fria, podia ser facilmente vista como sinal de alinhamento com o regime soviético.

• **Escola Superior de Guerra (ESG).** Fundada em 1949, a ESG funcionava como centro de estudos estratégicos e de formação de comandos militares. Teve atuação destacada na propaganda ideológica em defesa do mundo capitalista durante a Guerra Fria.



Tanque de guerra do Exército diante do Palácio da Guanabara, no Rio de Janeiro, em abril de 1964. Após o golpe, os militares ocuparam as ruas de vários estados brasileiros.



Já COTRIM, faz a seguinte apresentação:

## MILITARES NO PODER

### O fim do período democrático

No final do capítulo 10, vimos que, no início da década de 1960, uma série de condições e acontecimentos mundiais afetaram e interferiram no processo político democrático pelo qual passava o Brasil. A posse de João Goulart na presidência da república, em 1961, foi vista, por muitos setores, como um alinhamento com as propostas socialistas da URSS.

Em 31 de março de 1964, o governo do país foi tomado por meio de um golpe militar. Nesse período de regime militar (1964-1985), cinco generais sucederam-se na presidência da República: Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo.

As diferenças entre o regime representativo, vigente entre 1945 e 1964, e o regime militar são claras. Quem manda agora não são os políticos profissionais, nem o Congresso é uma instância decisória importante. Mandam a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica do Estado. (Boris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1994. p. 513)

Uma das características do regime militar foi o caráter ditatorial, o autoritarismo. Os militares do governo não se mostravam dispostos a dialogar com os diversos setores da sociedade. As decisões eram tomadas "de cima para baixo". Por meio de decretos (chamados Atos Institucionais, AI), o governo militar foi restringindo as instituições democráticas. Extinguiu os partidos políticos existentes, permitindo a criação de apenas dois: a Aliança

Renovadora Nacional (Arena), que apoiava o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia oposição dentro de limites tolerados pelos militares. Cassou o direito de voto dos cidadãos para as eleições ao Poder Executivo (federal, estadual e em alguns municípios declarados de segurança nacional) e limitou esse direito em relação ao Poder Legislativo. Impôs severa censura aos meios de comunicação, como rádio, televisão, jornais, revistas etc.

Além disso, houve momentos nos quais muitos brasileiros que se opunham ao regime foram perseguidos, exilados, torturados ou mortos pelos órgãos de repressão política.

Abandonando o nacionalismo reformista que marcou o último governo de Vargas e o de Goulart, os governos militares adotaram um "modelo político de desenvolvimento econômico" baseado na aliança de três grandes grupos sociais: a burocracia técnica estatal (militar e civil), os grandes empresários capitalistas estrangeiros e os grandes empresários capitalistas nacionais. Esse modelo econômico de desenvolvimento caracterizou-se pela modernização da economia, pela concentração de renda nas classes altas e médias e pela marginalização da classe baixa. (Cf. Luiz Carlos Bresser Pereira. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1972. p. 223-230)

### GOVERNO CASTELO BRANCO (1964-1967)

Pressionado pelos militares, o Congresso Nacional foi reunido e elegeu para a presidência da república o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que assumiu o governo em 15 de abril de 1964.



Lançada em 1964, Pit-Pat teve vida curta para com o agrado aos militares rapidamente cessou. Nesta reprodução Fernandes critica os militares que usaram o poder.



**D**e 1964 a 1985, o comando das Forças Armadas exerceu controle sobre a vida política brasileira. **Ditadura militar** é a expressão geralmente atribuída a esse período histórico. Quais as principais características dessa época? Quais os significados do termo **ditadura** e os seus contrastes com democracia?

## MILITARES NO PODER

### A ruptura com o regime democrático

Logo após a deposição do presidente João Goulart, em 2 de abril de 1964, Ranieri Mazzilli — que ainda era o presidente da Câmara dos Deputados — assumiu pela segunda vez, de maneira interina, a presidência da República. No entanto, o controle político do país ficou sob a direção geral das Forças Armadas.

Cada uma de suas corporações (Exército, Marinha e Aeronáutica), no mesmo dia 2 de abril, indicou um representante, e formou-se o comando militar que conduziria o país durante duas semanas — era o autodenominado Comando Supremo da Revolução. Segundo os novos comandantes do país, a intervenção militar seria de caráter provisório, tendo como principais finalidades:

- restabelecer a ordem social;
- conter o avanço do comunismo e da corrupção;
- retomar o crescimento econômico.

Mas não foi provisória a supressão da legalidade democrática. Durante 21 anos, a sociedade brasileira viveu sob o comando de presidentes militares impostos pelas Forças Armadas. Até 1985, dois marechais e três generais se sucederam na presidência da República: Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo.

### ■ Autoritarismo

Uma das características dos governos militares foi o autoritarismo: de modo geral, seus membros não se mostraram dispostos a dialogar com os diversos setores da sociedade.

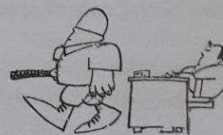
As diferenças entre o regime representativo, vigente entre 1945 e 1964, e o regime militar são claras. Quem manda agora não são os políticos profissionais, nem o Congresso é uma instância decisória importante. Mandam a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica do Estado.<sup>1</sup>

Por meio dos chamados **Atos Institucionais (AI)**, os governos militares foram restringindo as liberdades democráticas. Impuseram censura aos meios de comunicação, como rádio, televisão, jornais e

revistas. Muitos brasileiros que se opunham a essa situação foram perseguidos, exilados, torturados ou mortos pelos órgãos de repressão política.

#### Glossário

**Ato Institucional:** no plano técnico-jurídico, conjunto de normas superiores, promulgadas pelo poder público federal, que se sobreponham até mesmo à Constituição Federal.



Ziraldo. *Correio da Manhã*, ano 68, n. 23 068, 23/6/1968 (BN. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ))

Tira do escritor e desenhista Ziraldo para o jornal *Correio da Manhã* (23/6/1968) sobre a repressão na década de 1960. A tira foi publicada antes do AI-5, que impôs severa censura aos meios de comunicação.

<sup>1</sup> FAUSTO, Boris. op. cit. p. 513.



## MILITARES NO PODER A RUPTURA COM O REGIME DEMOCRÁTICO

Logo após a deposição do presidente João Goulart, em 2 de abril de 1964, Ranieri Mazzilli — que ainda era o presidente da Câmara dos Deputados — assumiu pela segunda vez, de maneira interina, a presidência da República. No entanto, o controle político do país ficou sob a direção geral das Forças Armadas.

Cada uma das corporações das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), no mesmo dia 2 de abril, indicou um representante, e formou-se o comando militar que conduziria o país durante duas semanas — era o autodenominado Comando Supremo da Revolução. Segundo os novos comandantes do país, a intervenção militar seria de caráter provisório, tendo como principais finalidades:

- restabelecer a ordem social;
- conter o avanço do comunismo e da corrupção;
- retomar o crescimento econômico.

Mas a supressão da legalidade democrática não foi provisória. Durante 21 anos, a sociedade brasileira viveu sob o comando de presidentes militares impostos pelas Forças Armadas. Até 1985, dois marechais e três generais se sucederiam na presidência da República: Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo.

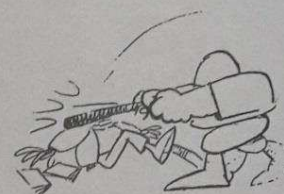
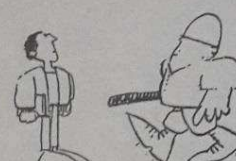
### ■ AUTORITARISMO

Uma das características dos governos militares foi o autoritarismo: de modo geral, seus membros não se mostraram dispostos a dialogar com os diversos setores da sociedade.

De acordo com o historiador Boris Fausto, *As diferenças entre o regime representativo, vigente entre 1945 e 1964, e o regime militar são claras. Quem manda agora não são os políticos profissionais, nem o Congresso é uma instância decisória importante. Mandam a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica do Estado.*<sup>1</sup>

Por meio dos chamados **Atos Institucionais (AI)**, os governos militares foram restringindo as liberdades democráticas. Impuseram censura aos meios de comunicação, como rádio, televisão, jornais e revistas. Ao longo do período da ditadura militar, muitos brasileiros que se opunham a essa situação foram perseguidos, exilados, torturados ou mortos pelos órgãos de repressão política.

<sup>1</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 513.



Tira do escritor e desenhista Ziraldo para o jornal *Correio da Manhã* em 23 de junho de 1968 sobre a repressão na década de 1960. A tira foi publicada antes do AI-5, que impôs severa censura aos meios de comunicação.

O MINISTRO  
QUER  
DIALOGAR  
COM  
VOCÊ.



### OBSERVANDO

1. Observe atentamente a imagem e reflita: Qual é o humor da tira? Escreva um texto relacionando o que está sendo representado nessa tira ao conteúdo estudado neste capítulo.

**Ato Institucional:** no plano técnico-jurídico, conjunto de normas superiores, promulgadas pelo poder público federal, que se sobrepunham até mesmo à Constituição Federal.



**F**eliz ano velho foi publicado em 1982 por Marcelo Rubens Paiva. A obra narra o acidente que o tornou tetraplégico aos 20 anos, a poucos dias do Natal de 1979. Além desse drama pessoal, a história autobiográfica revela momentos da infância e adolescência do autor. Uma das passagens mais marcantes do livro trata da prisão de seu pai, o deputado federal Rubens Paiva. Em 1971, durante o governo Médici, considerado o período mais repressivo da ditadura, seis militares invadem a casa onde a família de Marcelo morava, no Rio de Janeiro, e intimam Rubens a prestar depoimento na Aeronáutica. Depois dessa data, Marcelo nunca mais voltaria a ver o pai.

Na versão oficial do Exército, o deputado teria fugido. Mas, aos poucos, as notícias sobre o real paradeiro de Rubens vão surgindo: na verdade, ele teria sido torturado e morto. O trecho que aparece na abertura fala exatamente sobre a angústia que Marcelo sentiu ao levarem seu pai. E mostra, de forma simples, um panorama do que era viver sob a ditadura militar no Brasil, período da história que iremos estudar neste capítulo.

## ► O golpe militar de 1964

Em 1961, João Goulart assumiu a presidência do Brasil logo após a renúncia do então presidente Jânio Quadros, que governou o país por sete meses. Os setores conservadores, aliados aos militares, não concordavam com as medidas propostas pelo novo presidente, conhecidas como **reformas de base**, que incluíam reforma agrária, cortes de subsídios dados à importação de certos produtos, reforma urbana, reforma bancária, reforma eleitoral e reforma educacional. Além disso, os meses finais do governo Jango foram marcados pela crise econômica, com a desaceleração do crescimento, aumento da inflação, redução do poder aquisitivo dos salários, greves etc.

Após uma planejada campanha que contribuiu para a desestabilização do governo, em 31 de março de 1964 um golpe militar derrubou João Goulart. A partir desse momento, os militares passaram a agir com o intuito de desmobilizar toda e qualquer oposição ao regime. As organizações trabalhistas, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), os políticos e os jornalistas de oposição e os estudantes estiveram entre os alvos da repressão. A violência atingiu especialmente as organizações vinculadas às Ligas Camponesas, sobretudo no Nordeste. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi fechada e teve seu prédio incendiado em abril de 1964. A partir desse momento, a UNE passou a atuar na clandestinidade.



Retirada de tanques do Exército da frente do Palácio da Guanabara, Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1964. Muitos militares apoiaram o golpe sob a justificativa de destruir o perigo comunista no Brasil.

Por conveniência, alguns setores das Forças Armadas e da sociedade civil chamaram de “Revolução” o movimento que derrubou o presidente Goulart. Contudo, não se pode dizer que tenha ocorrido uma revolução em 1964, pois ele foi comandado por setores que pertenciam às camadas dirigentes do país e não havia a pretensão de realizar profundas mudanças na política, economia, estrutura social e nas leis.

## O impacto de 1964

“[...] em 1964 a Nação recebeu um tiro no peito. Um tiro que matou a alma nacional [...]. Os personagens que pareciam fazer parte da história brasileira, ou da História do Brasil como nós imaginávamos, esses personagens de repente sumiram. Ou fora do poder, ou presos ou mortos. E em seu lugar surgiram outros, que eu nunca sequer percebera existir. Atos bárbaros que eu nunca tinha visto. Idiotas que nem mereciam ser notados. [...] Ali me veio a percepção clara de que o Brasil tinha mudado para sempre. [...] Havia sido cometido um assassinato político. Ali morreu um país, morreu uma liderança popular, morreu um processo. Uma derrota política da qual você jamais vai se recuperar nos mesmos termos. [...] Não se matam somente as pessoas, também se matam os países, os processos históricos.”

SOUZA, Herbert José de – o Betinho. In: BARROS, Edgard Luiz de. *Os governos militares*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994. p. 13.

Nos textos de Cotrim percebemos não só o momento de afirmação da ditadura no Brasil como forma de governo, mas, também, temos uma apresentação dos impactos desta na sociedade brasileira.

Essa característica fica marcante na analítica de COTRIM que contribui para a perpetuação da memória da ditadura militar a partir de fatos marcantes como o milagre econômico e destaca os fatos que marcaram socialmente e economicamente esse período, como já afirmamos.

Neste sentido, COTRIM, prioriza o jogo de poder dos militares, quando muito baseando sua análise na oposição e luta dos dois grupos e acabam centrando suas análises, sobretudo, nas questões econômicas e políticas. Já nos livros de BRAICK e MOTA, e ALVES e OLIVEIRA, ainda que estas últimas tragam uma proposta mais genérica para toda a América Latina, percebemos uma renovação da memória da ditadura militar, pois suas abordagens inovam os temas de discussão, na medida em que secundarizam o jogo político de ascensão e queda dos militares e enfatiza as consequências das medidas da ditadura em termos de censura e repressão.

Contudo, mesmo nos livros que dão maior destaque ao papel da sociedade e sua luta contra a ditadura, percebe-se a falta de depoimentos de vítimas de torturas, para que os alunos tenham mais contato com o “real” com a fala de quem sentiu na pele a dor e a humilhação de ter seus direitos humanos despedaçados por um governo que não respeitava a sociedade no seu todo. Pois, essas obras foram produzidas quase cinquenta anos após a ditadura militar, quando muitos arquivos que falam das atrocidades desse período já haviam sido abertos, assim como já haviam sido realizados vários julgamentos na comissão da verdade e várias vítimas já deram depoimentos para documentários e filmes, sobre os casos de torturas que sofreram.

Foram duas décadas de ditadura, medo e perseguição, que usou de artimanhas diversas para camuflar a desumana forma de governo que estava em voga, mas, nos livros didáticos mais utilizados nas escolas, como os de Cotrim, ganha espaço uma abordagem política que se centra, prioritariamente, nos jogos de autoridade dos presidentes que chegavam ao poder. E alguns grupos que de oposição que não entendiam a mudança que o Brasil estava passando.

Tem-se uma gama de fontes de quem viveu na pele a dureza desse governo que acabam sendo desconsideradas pelos autores em questão. O que nos leva a

crer que eles deveriam investir mais em conteúdos que buscassem mostrar a realidade dura e cruel, para quem tinha o pensamento diferente dos militares.

Portanto, a história contada sobre a Ditadura militar no Brasil, nos livros didáticos que analisamos, principalmente na coleção de Cotrim, é, sobretudo, factual e prima, como vimos, por uma memória elitista que não instiga um processo didático pedagógico reflexivo sobre este período, o que exige do professor e dos alunos que desenvolvam metodologias alternativas em sala de aula para problematizar o modo como o conteúdo é exposto. Essa questão abre novas possibilidades analíticas sobre a temática da ditadura como conteúdo escolar.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das problematizações apresentadas, podemos considerar o livro didático como um campo vasto de perspectivas e atribuições dentro do ensino de história, como construtor de memória, que opera de maneira múltipla e abrangente, caracterizando o espaço-tempo analisados por meio de enunciados que, geralmente, são instituídos como “discursos de verdade”.

As memórias que estão colocadas nos livros didáticos de História integram as chamadas memórias históricas, no sentido de que “a ‘memória histórica’ reinventa o passado, o reconstrói a partir de dados fornecidos pelo presente e que são projetados neste novo tempo que é o passado”. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2015, p.46).

No caso específico da abordagem da memória sobre a ditadura militar no Brasil, como conteúdo da disciplina História veiculado pelo livro didático, objeto deste estudo, não é diferente; uma vez que este é um período histórico que suscitou muitas análises e debates, os quais renderam perspectivas diversas sobre o mesmo evento, mas, a memória oficial da ditadura, continua a perpassar as páginas dos livros didáticos como discurso de autoridade sobre este período.

Consideramos que compreender as memórias que transitam nos livros didáticos de história sobre a ditadura, envolve, pois, lidar não só com experiências humanas, mas também com subjetividades de elaboração e de construção, na medida em que envolve a forma como cada indivíduo, em suas particularidades ou coletividades, significa o real e identifica suas vivências.

A análise dos livros didáticos que implementamos neste estudo, nos mostrou duas perspectivas diferentes: a perpetuação de uma memória, verificada nos livros: História Global: Brasil, COTRIM (2009, 2010 e 2013); e a renovação dessa memória, nos livros: Conexões com a história, de ALVES e OLIVEIRA (2013) e História das Cavernas ao Terceiro Milênio, de BRAICK e MOTA (2010), acerca da ditadura militar. Cabe destacar que quando falamos em perpetuação da memória, nos referimos a uma abordagem factual pautada nos acontecimentos políticos da ditadura militar e em acontecimentos notáveis como o milagre econômico, que se instituíram como enunciados caracterizadores da memória da ditadura, tendo como embasamento a perspectiva ideológica dos militares golpistas. Já a renovação da

memória se refere a análises críticas que privilegiam as contradições do regime e as atividades de censura e luta por parte da sociedade, as quais remetem às resistências e lutas contra a ditadura, que embora não aponte claramente para a possibilidade de abordagem da complexidade deste período, embora não aprofunde a discussão, instiga uma abordagem metodológica mais reflexiva.

Partimos do pressuposto que a ditadura no Brasil, ainda é uma questão mal resolvida, pois os criminosos e torturadores não foram punidos. Parte da sociedade brasileira, principalmente os que lutaram contra a ditadura e os que foram vítimas das atrocidades dos militares, está tomada por um sentimento de indignação e buscam por justiça, pois, não esqueceram o que sofreram e se sentem desejosos de reparação dos danos, assim como exigem saber, por parte dos militares, onde estão os corpos dos seus familiares, para que, de alguma forma, possam tentar encerrar esse passado doloroso.

Mas, apesar da memória que está inserida nos livros didáticos ter a possibilidade de ser renovada e revisitada, dentre outros motivos porque é uma memória viva que ainda não foi encerrada, essas questões são suprimidas nos livros didáticos que analisamos.

Cotrim em seus três livros não contempla a questão acima e nem mesmo, BRAICK e MOTA e ALVES e OLIVEIRA que possibilitam uma abordagem mais crítica da ditadura militar, o fazem. Sendo que suas obras são recentes, e poderiam ter uma inovação bem mais ampla do assunto, abordando diversos aspectos da ditadura e acenando, inclusive, para possibilidades de pesquisa e aprofundamento dos conhecimentos sobre este período, por parte dos alunos, em sala de aula.

No entanto, de certo modo, no livro conexões com a História de ALVES e OLIVEIRA percebemos uma multiplicidade de memórias possíveis, que oferece aos alunos possibilidades de interpretação e de perceber a ditadura em sua complexidade: Organizada com sistemas judiciais de repressão e fiscalização eficientes e, em contrapartida, com destaque para a ação dos movimentos contrários ao governo dos militares, como a ação das guerrilhas e dos civis em geral, que evidencia que a ditadura não era soberana em tudo.

Percebemos, que ALVES e OLIVEIRA apresentam e discutem as articulações da esquerda e da direita, usando imagens para auxiliar na descrição. Em contrapartida, nos livros de COTRIM (2009, 2010, 2013), em suas três edições,

quase não se toca no assunto sobre a tortura, por exemplo. Sendo esta uma questão importante a ser tratada, pois as torturas, as censuras e privações eram disfarçadas buscando conformar os brasileiros a perceber como benéfico aquele governo das limitações e do atraso e muito podem inferir sobre as relações de poder e dominação estabelecidas no contexto da ditadura.

Mas, COTRIM, em suas três edições, similares, mantem uma abordagem da ditadura Militar centralizada nas dependências da sociedade e da economia, estabelecendo a perpetuação de uma memória política do regime, sem problematizações com a questão da luta social e das reivindicações políticas. Dá uma relevância notória ao aspecto político no que se refere à ascensão e à saída dos militares do poder, sem mostrar as articulações judiciais e de censura do regime e/ou as resistências ao mesmo. Dá muita atenção aos reflexos da ditadura na sociedade em termos de trabalho e economia. Destaca o desejo de crescimento econômico e a imposição de ordem, para este fim.

Em História das cavernas ao terceiro milênio, de BRAICK e MOTA (2010) percebemos uma análise mais rica acerca da ditadura. As mesmas buscam discutir as atividades de torturas e as técnicas de desaparecimento realizadas pelos militares e buscam fazer uma renovação da memória acerca da ditadura militar, pois questionam as próprias articulações do regime militar, a organização da ditadura e sua busca em fazer um governo do medo, da ordem e do silêncio.

Ao tratar da ditadura militar no Brasil, as memórias perpassadas pelos livros didáticos têm muita relevância, prestígio e alcance no processo de ensino e aprendizagem, como vimos. No entanto, é nesse momento que os alunos manterão o primeiro e talvez o único contato, com este tema. E estes que só terão acesso a esse material, o receberão como uma “verdade” absoluta dos fatos acontecidos, caso o professor trabalhe o conteúdo do livro didático sem uma reflexão crítica e sem complemento de outras linguagens.

Se considerarmos que as memórias instituídas no e pelo livro didático devem orientar o olhar do discente, despertar reflexões e lhe abrir caminhos e possibilidades de visibilidade diferentes sobre o mundo, suas formas de ver e entender, pois, podem trazer à luz, atores e sujeitos históricos ofuscados pela memória elitista, devemos atentar para a importância de que os conteúdos dos livros didáticos sejam críticos e deem espaço para que o alunado reflita sobre os mesmos

e tire suas próprias conclusões. Neste sentido, abrem-se diversas probabilidades analíticas sobre esta temática, que vão desde a formação do professor até as questões relacionadas às novas perspectivas epistemológicas para o ensino de História, à educação contextualizada, à metodologia de ensino, entre outras.

Assim, afere-se que compreender as memórias que transitam nos livros didáticos de história sobre a ditadura pressupõe lidar não só com experiências históricas e humanas, mas, também com subjetividades de elaboração e de construção dos autores dos livros didáticos, na medida em que envolve a forma como cada indivíduo em suas particularidades ou coletividades significa a realidade e identifica suas vivências e elaboram formas de ver e dizer esse período que inferem diretamente nas relações de poder e, conseqüentemente, na geração de saberes.

Com isso, percebe-se que os autores que escrevem sobre a ditadura militar transferem para os livros didáticos, o modo como eles significam este assunto, sendo esta uma leitura possível e não a verdade dos fatos que deve permanecer e ser cristalizada em todas as obras publicadas.

A memória da ditadura presente nos livros didáticos de História analisados é, pois, uma lembrança, mas, é, também, esquecimento e significação passíveis de serem lembrados, sobretudo no que diz respeito às vidas mudadas, pelas ações desumanas do “regime militar”. Por tudo isso, consideramos o livro didático de História, enquanto campo de memória e de diálogos, no qual o autor lança mão de escolhas, lembranças e esquecimentos sobre a ditadura militar. Assim sendo, como um artefato cultural que produz identidades e representações, as quais, ao se instituírem como “verdade” cristalizam saberes.

A relevância de discutir a memória da ditadura militar no livro didático reside, pois, no fato que o pensamento histórico, mobilizado pela Memória histórica, é capaz de contribuir para formar a identidade numa perspectiva temporal, até mesmo como forma de conter as mudanças que ameaçam o entendimento do mundo e do futuro.

Portanto, a memória renovada e perpetuada acerca da ditadura militar participa da construção do saber histórico e da construção da identidade dos alunos, e impulsionando uma intervenção criativa e responsável na sociedade, que vai se instituir de acordo com as condições de possibilidades dos saberes produzidos no

contexto escolar. Partindo da ideia de que as práticas de memória possibilitam e desvelam vozes, discursos e posições de intervenções sociais.

Enfim, a forma com os livros didáticos apresentam o conteúdo acerca desse período da História do Brasil, remetem a uma outra análise, que precisa ser aprofundada: a questão da recepção e apropriação do conteúdo do livro didático pelos professores e pelos alunos, o que envolve, inclusive, além das questões metodológicas, a questão da formação e das habilidades e competências dos professores para lidar com as memórias que os livros didáticos veiculam.

Esperamos que este estudo contribua para o debate acerca destas questões e que outras possibilidades analíticas se façam possíveis a partir destas problematizações



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. VIOLAR MEMÓRIAS E GESTAR A HISTÓRIA. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, n. 15, 2015.

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues; MIRANDA, Sonia Regina. Memória e História em livros didáticos de História: o PNLD em perspectiva. *Educar em Revista*, n. 46, 2012.

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes. **Conexões com a história**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2013.

BAUER, Caroline Silveira. O departamento de ordem política e social do rio grande do sul (DOPS/RS): terrorismo de estado e ação de polícia política durante a ditadura civil-militar brasileira. **Revista Ágora**, n. 5, 2007.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009

BRAICK, de Patrícia Ramos; BECHO, Mota Myriam. **História das cavernas ao terceiro milênio**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2010.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. Vol. 3. 1º ed. São Paulo: Saraiva 2009.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e geral**– 3. – 2. ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

COTRIM, Gilberto. **História global: Brasil e geral, volume único**. Saraiva, 2010.

COSTA, Eliezer R. de Sousa. Livro didático lugar de memória. *Ver Cultura Histórica e Patrimônio*. vol. 2, 2013.

COUTO, Ronaldo Costa. O governo Costa e Silva – 1967-1969. In: **História indiscreta da ditadura e da abertura**. RJ, Editora Record, 2010, pp. 85-108

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. O livro didático de História: lugar de memória e formador de identidades. In. **Simpósio Nacional da Associação Nacional de História**, v. 20, n. 2999, p. 203-222, 1999.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GALLO, Carlos Artur. O direito à memória e à verdade no Brasil pós-ditadura civil-militar. In. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, 2010.

LE GOFF, Jacques et al. **Memória e história**. Enciclopédia Einaudi, v. 1, p. 260-293, 1984.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, v. 28, p. 178-201, 2002.

MELO, Demian. Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**, v. 27, 2012.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**. v. 24. São Paulo, 2004.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In. **Revista Brasileira de História**, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.

PEREIRA, Anthony W. Sistemas judiciais e repressão política no Brasil, Chile e Argentina. In: SANTOS, Cecília McDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**, vol. I. São Paulo, Aderaldo e Rothschild Editores, 2011, pp. 203-224.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro**, 1964-1985. Atual Editora, 1998.

PAIM, Elison Antônio. Lembrando, eu existo. In: **Coleção Explorando o Ensino**. Brasília, 2010.

RODEGHERO, Carla Simone; MACHADO, Vanderlei. A história recente nos livros didáticos: a ditadura militar e a questão da anistia no Brasil. In. **Cadernos de Aplicação**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, jan./jun. 2010.

SILVA, Walkiria Oliveira. Construções de memórias da Ditadura Militar brasileira: entre o trauma e o esquecimento. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, v. 23, n. 2, 2011.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: O golpe contra as reformas e a democracia**. **Rev. Bras. Hist.** vol.24, nº. 47, São Paulo, 2004.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira**. São Paulo: Leya, 2014.